



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 765 - DE 7 A 20 DE JUNHO DE 2026 - R\$ 5,00



Bolívia **Trincheira avançada da resistência** **anti-imperialista na América Latina**

Está posta a
constituição da
Assembleia Popular
como organismo de
poder das massas

TODA FORÇA À
ORGANIZAÇÃO DA
FRENTE ÚNICA
ANTI-IMPERIALISTA

O levante de camponeses, indígenas, operários e
camadas da classe média arruinada põe à luz do
dia a necessidade histórica da revolução social

O Partido Operário Revolucionário (POR)
emerge com seu programa testado
historicamente pela luta de classes na Bolívia



► **Assimilando o socialismo científico**
Natureza Geral da Dialética como Ciência

Bolívia

Trincheira avançada da resistência anti-imperialista na América Latina
O levante de camponeses, indígenas, operários e camadas da classe média
arruinada põe à luz do dia a necessidade histórica da revolução social
O Partido Operário Revolucionário (POR) emerge com seu programa
testado historicamente pela luta de classes na Bolívia
Está posta a constituição da Assembleia Popular como organismo de
poder das massas insurretas
Toda força à organização da frente única anti-imperialista

No 1º de Maio, no ampliado da Central Operária Boliviana (COB), foram colocadas as reivindicações dos explorados e aprovada a greve geral contra a política e o plano econômico pró-grande capital e pró-imperialista do governo Rodrigo Paz. Desencadeou-se um movimento impulsionado pelas massas camponesas e indígenas. São, portanto, trinta e cinco dias de combate incessante e de resistência à repressão policial. A greve geral não ganhou força, mas os bloqueios de estradas e avenidas urbanas protagonizados pelos camponeses e nacionalidades indígenas se impuseram, paralisaram o país e encurralaram o governo que mal cumpria seis meses de mandato em 1º de Maio.

A disposição de combate dos pobres do campo se agigantou com as marchas e manifestações na capital e nas principais cidades. A direção da COB se viu influenciada e premiada pela envergadura das ações camponesas e indígenas. O que colocou a obrigatoriedade de parte da burocracia sindical cobista se posicionar, mobilizando um setor de mineiros, de transportes e assalariados urbanos. A intervenção dos operários da mineração indicou objetivamente a existência da aliança operária e camponesa alicerçada nas reivindicações que levantaram as massas em grande parte da Bolívia.

A unidade da maioria oprimida, embora ainda limitada, chocou-se com o governo com tamanha radicalidade que passou a atingir o Estado burguês. Ou seja, não se tratava e não se trata tão somente da rejeição a uma orientação antinacional e antipopular de Rodrigo Paz, mas objetivamente do choque dos explorados com a ditadura de classe da burguesia boliviana e com a dominação imperialista, exercida principalmente pelos Estados Unidos.

Esse conteúdo de classe se expressa na falência de governos distintos quanto à diretriz ideológica burguesa. Está aí por que o governo do Movimento ao Socialismo (MAS), que imperou por treze anos sob a condução de Evo Morales e cinco anos sob a de Luis Arce, concluiu decomposto e contraposto às necessidades mais elementares dos camponeses, indígenas, operários e camadas da classe média urbana arruinada.

O MAS emergiu como salvação do Estado burguês e dos interesses gerais da burguesia em meio a uma convulsão social que derrubou o governo entreguista de Sánchez Lozada,

em outubro de 2003. O governo de transição acabou cedendo lugar ao novo fenômeno político encarnado pelo MAS que se apoiava na bandeira de constituir um Estado Plurinacional. Sobreviveu por mais de uma década e meia. O indigenismo e reformismo pequeno-burguês do MAS foi se esfacelando diante das contradições econômicas típicas do país semicolonial, profundamente atrasado e marcado pela pobreza e miséria da maioria oprimida.

O conteúdo ideológico do indigenismo e do Estado Plurinacional evidenciou sua ficção e farsesca à medida em que foi sendo revelada sua adaptação às relações capitalistas de produção, à grande propriedade agrária, bem como exposta sua impotência diante dos ditames do imperialismo. Evo fugiu do país golpeado pelo levante popular em 2019. O governo de transição não teve como recompor a situação política e acabou dando lugar à volta do MAS em 2020, com a eleição de Luis Arce. O novo governo do MAS, profundamente dividido, imediatamente se mostrou frágil e incapaz de governar o país mergulhado na crise econômica e no avanço da pobreza das massas. Incapacitado, abriu o caminho para a volta de um governo direitista e francamente pró-imperialista de Rodrigo Paz.

A retomada da luta de classes em níveis tão elevados que contém características insurrecionais corresponde a mais uma etapa da crise política aberta em 2003, e a continuidade das mobilizações de 2019, ainda que se deva considerar as particularidades de cada levante. Se uma fração ultradireitista da burguesia se valeu do descontentamento dos explorados com o governo de Evo Morales, agora não encontrou possibilidade de influenciar o levante camponês. Eis por que, no presente momento da crise política, emerge cristalinamente o programa da revolução social, a estratégia de poder do proletariado, a necessidade de retomar a tradição da Assembleia Popular e de constituir a frente única anti-imperialista.

Esse programa é encarnado pelo POR, cuja tarefa tem sido traduzi-lo no interior do combate dos explorados ao governo de Paz, que, por sua clara identificação com os grandes capitalistas e o imperialismo, deixa transparecer que o problema não se atém ao tipo de governo e a sua diretriz econômica, mas ao próprio Estado capitalista, que deve ser derrubado.

As teses, análises, diagnósticos e prognósticos do POR, es-

tabelecidos ainda sob a direção de Guillermo Lora, se confirmam e colocam para a vanguarda revolucionária trabalhar no sentido da luta pela tomada do poder. Evidentemente, não se trata de respostas mecânicas e extemporâneas. O movimento indica suas limitações e fraquezas no fato de a classe operária ainda não ter se lançado com sua plena força social. A bandeira de “renúncia de Rodrigo Paz e novas eleições” se torna um guia para a direção majoritária que não encarna a luta por um governo operário e camponês e se nega a pôr em pé a Assembleia Popular.

A firmeza do POR em criticar e rejeitar as vias de solução burguesa para a crise é fundamental para a conclusão política do movimento que, ainda que se mostre pujante, alcançou seus limites.

O governo acaba de aprovar no Senado a lei do “estado de emergência”. Vem vacilando quanto à aplicação do método abertamente ditatorial. O imperialismo já se faz presente por meio das ações ditadas pelo Secretário de Estado, Marco Rubio. O que pressupõe o amparo ao governo e o Estado bolivianos com as armas da contrarrevolução.

A intervenção da Igreja Católica, sob a máscara da conciliação e da paz social, se faz com a espada da democracia formal, ou seja, da exigência de que o movimento respeite “os resultados das eleições”. Assim, o Arcebispo de La Paz, Dom Percy Galván, pôs-se a serviço da ditadura de classe da burguesia e da posição contrarrevolucionária dos Estados Unidos.

O impasse entre a permanência ou renúncia do presidente não favorece o movimento. As forças da reação vão se unir em defesa de Paz, agora, mais nitidamente alicerçadas no intervencionismo de Trump. Os camponeses terão de sustentar e ampliar os bloqueios. A classe operária tem de romper suas limitações. E a camada da classe média urbana oprimida precisa se colocar decididamente pela aliança operária e camponesa.

A confluência do levante com o programa e a política do POR é a chave do combate à contrarrevolução. Se as massas não ampliarem o combate e encontrarem os meios para derubar o governo com seus métodos próprios da luta de classes, está posta a questão de como evitar o massacre, lutando

ao mesmo tempo contra uma possível capitulação das direções democratizantes.

Na base dessa contradição, coloca-se a necessidade de fortalecimento do POR, no seio da classe operária e da maioria oprimida. Está aí a importância de pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a estratégia da revolução social. O que se passa na Bolívia é um movimento anticapitalista e anti-imperialista, que se encontra na luta de classes da América Latina, convulsionada pela crise mundial e pela ofensiva dos Estados Unidos em submetê-la à sua arremetida com a guerra comercial e com a escalada bélica.

Cuba foi empurrada para a beira do precipício. A Venezuela padece da intervenção norte-americana. O México vem sendo sacudido pelas mobilizações originadas da desintegração econômica do país. O Brasil passa por uma polarização política alimentada pela estratégia de Trump de alinhar todos os países da América Latina à sua política mundial, a exemplo do que já vem ocorrendo com a Argentina, Chile, Equador e outros. A Colômbia poderá passar ao controle dos Estados Unidos com uma possível vitória do candidato da ultradireita.

É nesse marco que a Bolívia se projeta como uma trincheira avançada da luta contra os governos pró-imperialistas e em defesa da nação oprimida. De fato, há uma resistência dos explorados em todo o continente. Nesse ponto fundamental, a Bolívia convulsionada não está isolada. O problema está evidentemente consubstanciado na crise de direção. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de assumir plenamente o programa da revolução social e combater, constituindo a frente única anti-imperialista em cada país, segundo suas particularidades.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) tem trabalhado sob essa orientação. O fortalecimento do POR e o avanço da revolução proletária na Bolívia, sem dúvida, é uma das condições essenciais para recuperar o terreno perdido para as contrarrevoluções e, assim, alcançar um novo estágio de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Acirra a disputa eleitoral

A crise política expõe as rachaduras na democracia oligárquica

Responder à ofensiva de Trump, organizando a frente única anti-imperialista

O encontro de Lula com Trump no início de maio parecia ter chegado a um ponto de apaziguamento do conflito em torno do tarifaço. A burguesia brasileira respirou aliviada, reconhecendo a habilidade do governo Lula de ter conseguido se equilibrar e não causar nenhum constrangimento com os Estados Unidos. Não houve uma declaração conjunta e o resultado da reunião enclausurada na Casa Branca teve de ser interpretado jornalisticamente. Mas, muito se falou sobre as vantagens que o Brasil tem a oferecer ao imperialismo norte-americano, a exemplo de suas riquezas naturais e, em especial, das terras raras.

O ataque do tarifaço ficou di-

minuído, como se a economia brasileira pudesse assimilar um determinado nível de perdas. A interferência política de Trump no Judiciário, que tanto atordoou o governo Lula com a tal da

Lei Magnitsky e que lhe obrigou a levantar a bandeira da soberania nacional, ficou à margem. Havia, no entanto, permanecido a investigação pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos que se utilizava da Seção 301 da Lei de Comércio para retomar o tarifaço e driblar uma decisão do Parlamento norte-americano que desautorizava Trump a prosseguir com o curso da guerra comercial estabelecido no dia de sua posse.

No início de junho, os Estados





Unidos expuseram a brutal conclusão, que atingiria as exportações de determinados produtos, como máquinas e equipamentos, produtos elétricos, têxteis, plásticos, etanol e outras manufaturas. O inusitado e degradante foi o fato de Flávio Bolsonaro ter se reunido pouco antes com Trump e ter confabulado com Marco Rubio. Esse gesto foi negativo para a candidatura do filho de Bolsonaro, mas um sinal de que o imperialismo norte-americano tudo fará para influenciar nos resultados da eleição que elegerá o presidente em outubro.

A pecha de traição recaiu sobre Flávio, que teve de se explicar e contraditoriamente dizer que desta vez não estava apoiando o tarifaço. A emporcalhada atitude do candidato bolsonarista não fez senão confirmar a que ponto chegou a decomposição da democracia oligárquica e a impotência da burguesia brasileira para agir em defesa da soberania nacional. Ao mesmo tempo, confirmou a incapacidade de Lula de defendê-la na prática, e não apenas em palavras. Imediatamente após a reunião de Flávio com Trump-Rubio, o governo norte-americano divulgou a inclusão de organizações narcotraficantes brasileiras no rol classificatório de narcoterrorismo. Lula havia insistido com Trump que não poderia adotar tal caracterização.

A explicação de que as facções narcotraficantes não agem por motivo ideológico, mas única e exclusivamente impulsionadas pelo comércio de drogas não passou de uma justificativa correta, diante do imperialismo disposto a usar recursos disponíveis para ir adiante com sua guerra comercial e seu intervencionismo militar na América Latina, como parte do seu plano estratégico mundial.

Uma fração importante do grande capital e a cúpula das Forças Armadas não aderiram à classificação do narcoterrorismo, tendo conhecimento de que se trata de uma aberrante manobra de Trump, para impor pela pressão um alinhamento do Brasil na guerra comercial dos Estados Unidos com a China.

As Forças Armadas brasileiras historicamente guardam laços de subordinação aos Estados Unidos. Isso como expressão da ampla dependência da burguesia brasileira e da economia do país em relação ao domínio norte-americano na América Latina.

A disposição do candidato bolsonarista e dos demais candidatos da direita em se curvarem à caracterização de Trump evidencia até que ponto chegou a bizarra submissão do país. Flávio foi ao encontro de Trump na condição de praticamente indiciado por corrupção. São cristalinhas as provas de que recebia recursos do banqueiro Daniel Vercaro.

A desfaçatez de Trump-Rubio de dar guarida a um aliado do quilate mais baixo, que tem em sua biografia política a acusação de vínculo com as milícias do Rio de Janeiro, portanto, comprometido em certa medida com o narcotráfico, é natural nas condições em que a democracia norte-americana se encontra em estado de putrefação e espalha pelo mundo todo tipo de mau exemplo.

O compromisso da oposição bolsonarista com a política de dominação norte-americana pela via da escalada militar e das guerras, como a que se trava contra o Irã, indica o quanto a burguesia brasileira se tornou impotente para alcançar um estágio de inde-

pendência econômica e política dos Estados Unidos.

É o que se observou com a intervenção norte-americana na Venezuela e com o cerco brutal a Cuba. Isso por um lado. Por outro, o governo nacional-reformista de Lula para governar recorreu a uma composição de frente ampla com partidos que nada têm a ver com a defesa da soberania nacional, portanto, não tem sido capaz de responder à altura aos ataques dos Estados Unidos.

A polarização política eleitoral se agudiza com a projeção dos acontecimentos internos e com os impactos dos fatores externos. A sua conjunção vem potenciando a crise política que ganhou dimensão extraordinária desde o golpe institucional que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff.

A conclusão do processo que levou o ex-presidente Bolsonaro à prisão, juntamente com altas figuras do Estado, não alterou sensivelmente os choques entre frações oligárquicas da política burguesa.

A união entre a ultradireita e a direita ameaça o continuísmo do PT e aliados de esquerda. Esse perigo à espreita tem provocado desespero nas bases políticas do nacional-reformismo, que acionam as centrais, os sindicatos e os movimentos controlados por uma burocracia fortemente adaptada ao capitalismo, para canalizar o descontentamento dos explorados para os canais das eleições.

O palavreado em torno da soberania nacional oculta a fraqueza e a incapacidade do governo Lula de resistir às pressões do imperialismo. O fato de seu governo manter as contrarreformas de Temer e Bolsonaro e de aplicá-las facilitou a oposição francamente pró-imperialista a garantir sua força constituída desde a derrubada do governo Dilma.

Medidas limitadas como a mudança no Imposto de Renda não diminuíram o descontentamento de uma parcela significativa dos explorados que sofrem com a terceirização, a informalidade e o desemprego. A mais popular das medidas que é o fim da escala 6X1 foi apropriada por uma parcela da oposição. A flexibilidade de Lula, do PT e de seu aparato sindical quanto a se chegar a um acordo que desfigura em parte o fim da escala 6X1 acabará servindo aos interesses dos capitalistas e da oposição.

Ficará claro para os oprimidos que anseiam o fim dessa terrível escala que a superexploração da força de trabalho continuará vigente e não se eliminará o gigantesco exército de informais e subempregados.

Está posta na situação política a seguinte orientação classista: 1) resistir às pressões da política eleitoral burguesa; 2) combater no campo da independência de classe a exploração capitalista e a opressão imperialista; 3) defender o programa de reivindicações de acordo com as necessidades da situação concreta e com as aspirações dos oprimidos; 4) desenvolver a diretriz proletária anti-imperialista voltada à soberania da nação oprimida; 5) vincular a luta pelas reivindicações mais elementares ao programa da revolução social; 6) trabalhar pela constituição da frente única anti-imperialista.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

TSE distribuirá R\$ 6,3 bilhões entre os partidos burgueses em 2026

No dia 1º de junho, o Governo Federal liberou para o TSE R\$ 4,9 bilhões do Fundo Eleitoral (Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC) a ser distribuído entre os partidos legalizados. A federação PP-União Brasil receberá o maior valor: R\$ 953 milhões, seguido do PL, R\$ 886 milhões e da federação PT-PC do B-PV que ficará com R\$ 720 milhões. O valor distribuído a estes três grupos representa nada menos que 52% do Fundo! Em seguida aparecem o PSD com R\$ 420 milhões, o MDB com R\$ 404 milhões e o Republicanos com R\$ 343 milhões. A federação PSOL-REDE abocanhará R\$ 162 milhões, ao passo que os pequenos partidos burgueses e aqueles que se colocam no campo da esquerda como PCB, PCO, PSTU e UP R\$ 3,3 milhões cada.

Os repasses, contudo, não acabam aí. No dia 16 de junho será divulgada a divisão do Fundo Partidário, estimado em R\$ 1,4 bilhão e restrito aos partidos que alcançaram a cláusula de barreira nas últimas eleições. No total, serão R\$ 6,3 bilhões (dinheiro suficiente para construir 70 mil casas populares ou 100 hospitais de grande porte) destinados aos partidos oligárquicos e às esquerdas eleitoreiras já completamente adaptadas à institucionalidade estatal. Todo esse montante foi alcançado não sem a conivência do PT, que dia 30 de setembro de 2025, na Comissão Mista de Orçamento, fechou um acordo com o Centrão, Direita e Ultradireita para a

ampliação da proposta de orçamento do Fundo eleitoral (enviada pelo governo) de R\$ 1 bilhão para R\$ 4,9 bilhões, ou seja, quase 5 vezes mais.

O POR tem denunciado desde o princípio este escandaloso mecanismo de parasitismo estatal. Rejeitou a tese levantada pelas esquerdas reformistas e democratizantes de que o fundo eleitoral traria maior equilíbrio na disputa eleitoral e aperfeiçoaria a democracia burguesa. O regime democrático burguês, insistimos, é oligárquico e encontra-se apodrecido de alto a baixo, povoado de quadrilhas burguesas. É, portanto, irreformável e deve ser demolido pela revolução proletária que estabelecerá em seu lugar a democracia operária (ditadura do proletariado).

A luta em torno das reivindicações democráticas é parte necessária da luta para se alcançar a independência de classe dos explorados diante da burguesia, seus governos e especialmente seus partidos. Os fundos eleitoral e partidário são um escárnio contra o trabalhador humilde que sobrevive com o salário mínimo e suporta a superexploração do trabalho. Os explorados devem exigir o fim imediato destes fundos públicos, que servem apenas para sustentar a camarilha política corrupta e asquerosa dos partidos burgueses, e em seu lugar instituir o autofinanciamento de todas as organizações políticas.

Aprovada na Câmara dos deputados o fim da 6x1 e a redução da jornada

A PEC do fim da escala 6x1 com redução da jornada de trabalho foi aprovada na Câmara dos deputados no dia 27 de maio. Contou com votação em dois turnos, tendo 472 votos a favor e 22 contra no primeiro turno e 461 a 19 no segundo turno. O texto aprovado inclui o impeditivo de que os salários sejam reduzidos, caso a jornada do trabalhador seja modificada. A PEC prevê escala de 5 dias de trabalho com dois dias de descanso remunerado e a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 42 horas semanais, que passarão a valer 60 dias após a promulgação da Emenda. Já a redução da jornada de 42 horas para 40 horas semanais será implantada 14 meses após a promulgação e publicação da lei.

O presidente do senado, Davi Alcolumbre, alertou não ter pressa na aprovação, e que está combatendo o populismo eleitoral que envolve a PEC. A realidade é que está respondendo às pressões do setor patronal para que a proposta seja modificada, e, para que isso ocorra, não pode ser votada imediatamente à aprovação na Câmara.

Em resposta à aprovação na Câmara, a oposição ao governo apresentou a PEC 12/2026, de autoria de Rogério Marinho do PL-RN, que ataca ainda mais os direitos dos trabalhadores. Entre os pontos principais estão: remuneração proporcional - salários e encargos trabalhistas (como férias, 13º salário e FGTS) passariam a ser calculados exclusivamente com base no tempo efetivamente trabalhado; piso por hora - o valor mínimo pago por cada hora trabalhada seria calculado de forma proporcional ao salário mínimo nacional ou ao piso estabelecido por cada categoria; Acordo individual - o texto abre margem para que patrões e empregados definam as jornadas por livre negociação e acordo individual, em vez de depender estritamente de convenções coletivas; opção de regime - seria permitido ao profissional escolher entre permane-

cer sob as regras comuns da CLT ou migrar para esse novo regime flexível focado em horas; manutenção das 44 horas semanais, sem criar uma escala obrigatória (liberando novamente a 6x1). A proposta está agora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Como se vê, trata-se de uma reação da extrema-direita à proposta aprovada na Câmara, o que indica que sua aprovação no Senado não será fácil, como pareceu ser na primeira fase de decisão.

A manobra entre o Senado e a Câmara de Deputados escancara o profundo oportunismo eleitoral que impera na política burguesa brasileira. A reivindicação classista e genuína dos trabalhadores mais explorados do país, de ter um dia a mais de folga, surgiu de maneira espontânea, mas logo foi capitaneada por parlamentares que conduziram o movimento para as esferas institucionais. Além disso, catapultou figuras como a do Rick Azevedo, que agora já se lança a deputado federal.

A ausência de um movimento independente, em que pese os atos e greves que ocorreram pontualmente, permitiu que a reivindicação se limitasse às disputas interburguesas. O governo Lula, que assumiu seu terceiro mandato no mesmo ano em que a reivindicação se projetou, só levantou a bandeira no final de 2025 e em 2026, ano de eleições presidenciais. O mesmo Lula que, diga-se de passagem, sentou em cima de sua promessa de campanha de combater a contrarreforma trabalhista. Aí está a confirmação de que amplos setores instrumentalizaram a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho e ampliação do tempo de descanso.

Pesquisas recentes indicaram que a reivindicação conta com apoio de três quartos da população brasileira. Esse é o elemento concreto que permitiu que uma proposta que amplia os direitos dos trabalhadores fosse aprovada na Câmara mesmo em um perí-

odo de retrocesso nesses mesmos direitos. A contrarreforma trabalhista de 2017, os seus aprofundamentos posteriores, a amplitude da terceirização, além da consolidação das medidas anti-operárias, como os lay-offs, PDV, PDI etc., mostram que se trata de um período de ataque aos direitos. A dialética do problema está em compreender que, apesar disso, o medo de ser rechaçado nas urnas em outubro fez com que até setores da direita aprovassem a medida. É possível que esse acontecimento amplie as ilusões eleitorais nas massas este ano.

O perigo de uma aprovação que não contou com uma luta sistêmica e independente dos trabalhadores está na possibilidade de mutilação nas próximas instâncias, ou mesmo de retrocesso no próximo governo. A burguesia retira com a mão direita o dobro do que deu com a esquerda.

Segundo uma análise técnica do DIEESE, a PEC amplia significativamente o espaço para acordos individuais em detrimento das convenções coletivas, uma herança da contrarreforma trabalhista. As exceções ainda serão reguladas, mas é um dos principais canais para deformação da proposta. Outro ponto frágil está nas negociações individuais sobre horário de descanso e alimentação, limite de horas-extras e formas de compensação de jornada. Em

“negociações” individuais com os patrões, os trabalhadores sempre sairão perdendo. A tarefa então consiste em não aguardar passivamente as próximas etapas. Muito menos aceitar a orientação burguesa de algumas correntes de esquerda de que a radicalização nesse momento vai atrapalhar a votação no Senado. Trata-se de uma inversão infame: o parlamento subordinando a luta nas ruas e não o contrário.

Aprovada a PEC na Câmara, é preciso lutar para que não se retroceda nem um milímetro. As centrais sindicais e movimentos populares devem erguer ainda mais alto a bandeira de fim da escala 6x1 com redução da jornada e sem redução salarial, para impor sua aprovação no senado e fortalecer a luta e organização dos trabalhadores para derrubar as medidas antinacionais e antipopulares aprovadas nos governos Temer, Bolsonaro e Lula III.

Trata-se das centrais, sindicatos e movimentos darem um primeiro passo imediatamente, convocando um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações em defesa do fim da escala 6X1, e de um programa de reivindicação próprio da classe operária e demais explorados, que tenha por centro a defesa do salário mínimo vital, emprego a todos e fim das contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro.

Crise de superprodução no setor sucroalcooleiro

A produção de cana-de-açúcar no Nordeste é um resquício do ciclo colonial da produção de açúcar, ainda mantendo formas atrasadas de produção da commodity. Isso é demonstrado pelo Nordeste representar menos de 10% da produção nacional da cana, que agora se concentra no estado de São Paulo. A cana é matéria-prima de dois produtos, o açúcar refinado e o combustível etanol. Os produtores de cana vão desde os latifundiários da cana até os pequenos produtores, que se organizam em diferentes sindicatos. O Sindaçúcar representa os latifundiários e a AFCP (Associação de Fomecedores de Cana de Pernambuco), os médios e pequenos produtores.

A crise nesse setor decadente se escancarou no final de 2025, após uma redução de 40% do preço internacional da tonelada da cana, promovida principalmente pela produção da cana na Índia, combinada com o tarifaço de Trump e a redução da cota de importação de açúcar para os EUA. Esses fatores reduziram o preço médio da tonelada de cana no Brasil de R\$ 172 para R\$ 117. A Guerra no Irã tem se mostrado como uma válvula de escape para o problema da superprodução no setor, com o aumento do custo do etanol em 20%. Essa tendência se refletiu no Nordeste com uma queda na produção de açúcar em 16% enquanto a produção de etanol subiu 6%. Na safra 24/25 do Nordeste, 54% da cana foi transformada em açúcar e 46% em etanol, na safra 25/26 isso se tornou 48% e 52%, respectivamente, com queda de 1,4% da produção de cana. Em Pernambuco a produção de cana está estagnada em 13 milhões de toneladas (2025), segundo maior produtor do nordeste, que em seu auge chegou a 25 milhões de toneladas. No estado de Alagoas, a produção foi de 22 milhões de toneladas (2025), maior produtor do nordeste.



Em resposta a essa conjuntura, a burguesia decadente da cana pede de joelhos ao Estado várias formas de intervenção, desde a limitação da produção do etanol de milho, ao uso da medida provisória de Lula 1309/2025 “Plano Brasil Soberano” para que o Estado subsidie em 12 reais a tonelada de cana e linhas de crédito para a compra de agrotóxicos e fertilizantes. Em 7 de abril representantes dos setores organizaram um protesto exigindo do governo estadual a aprovação da LOA estadual – Pernambuco foi o último estado da federação a aprovar a sua LOA -, e que o governo do estado criasse uma linha de crédito para a compra de fertilizantes, aprovado por decreto pela Raquel Lyra no dia 3 de junho em 38 milhões de reais; neste ato esteve presente o deputado estadual João Paulo (PT). Nos momentos de crise fica nítido a quem serve o Estado burguês.

Tudo indica que a grande expansão do agro nacional não continuará em escalada contínua. O que se passa no Estado de Pernambuco é uma indicação que a ruptura nos elos mais fracos da cadeia agroindustrial pode não ser exceção. Os Estados mais ricos e avançados da Federação, como o Estado de São Paulo, se apoiam no atraso e na debilidade dos Estados mais pobres e atrasados. O programa do POR tem por orientação a revolução agrária, como parte da revolução social. As terras devem ser nacionalizadas com a expropriação dos latifúndios, dando livre acesso aos camponeses sem terra. A política de subsídio aos latifundiários, típica dos governos oligárquicos, aumenta seu poder sobre a terra e reduz o espaço do pequeno e médio agricultor. Está posto ao movimento dos trabalhadores agrários de Pernambuco a discussão de como enfrentar a crise em marcha.



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - No 17 - Junho de 2026

Instagram: @massas.por

nossa.classe@hotmail.com



Boletim Nossa Classe - Junho

Bolívia

Todo apoio ao levante de camponeses, indígenas, operários e demais trabalhadores

Na Bolívia acontece uma rebelião popular contra o governo ultradireitista de Rodrigo Paz, que representa os interesses do imperialismo, das multinacionais, da grande indústria e do capital financeiro no país. O governo retirou o subsídio dos combustíveis, causando o aumento no preço dos produtos da cesta básica e anunciou um plano de privatização da saúde e da educação e de destruição dos direitos trabalhistas. Aprovou também uma lei que permite que a pequena propriedade dos camponeses seja embargada pelos bancos, com o fim de favorecer os grandes agroindustriais, o que levaria à concentração das terras em poucas mãos.

Mas o governo enfrenta uma grande resistência dos operários, camponeses, indígenas e demais trabalhadores que se organizaram junto aos sindicatos de camponeses, a Central Operária Boliviana (COB), realizando bloqueios por todo o país, exigindo a renúncia de Rodrigo Paz, capacho dos Estados Unidos. O governo teve autorização do Congresso para decretar estado de sítio e aplicar a repressão contra as manifestações.

O Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia vem intervindo no levante das massas chamando a unidade de todos os setores para se defenderem de qualquer ataque fascista e ligar a luta pelo programa próprio de reivindicações à estratégia revolucionária de tomada do poder e constituição de um governo ope-

rário e camponês. A classe operária e os demais trabalhadores devem avançar e levantar sua própria saída independente para a crise econômica.

A resposta é a nacionalização de todos os recursos naturais, a estatização, sem indenização e sob controle operário, da indústria, das terras e dos bancos, e a aplicação do monopólio do comércio exterior, para abastecer o mercado interno e permitir que o Estado controle a economia. Essa tarefa só pode ser cumprida pelos operários, camponeses e demais trabalhadores, constituindo a Assembleia Popular como organismo de poder, organizando a frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária, para expropriar a burguesia do poder por meio da revolução social. Esse é o caminho a ser seguido no Brasil e na América Latina.

O Boletim Nossa Classe, do POR, chama todas as organizações sindicais e os movimentos para que se expressem em solidariedade à rebelião popular na Bolívia, que, ao avançar, colocará um freio à ofensiva do imperialismo e sua política de intervenção e ajuste em todo o continente. É com o programa da revolução social e com a organização da frente única anti-imperialista que a maioria oprimida lutará pela autodeterminação das nações oprimidas. O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a gritarem viva à rebelião popular boliviana!



No Brasil, devemos seguir o exemplo de luta do povo boliviano!

Como na Bolívia, as multinacionais petrolíferas e mineradoras no Brasil há muito tempo vêm saqueando o petróleo, o gás, os minérios, as terras raras, a água e demais recursos naturais do país. Os camponeses pobres e indígenas estão sendo assassinados e expulsos de suas terras pelos latifundiários e o agronegócio.

Os partidos da base do governo burguês de Lula e a oposição reacionária liderada por Bolsonaro só querem saber da disputa eleitoral, ambos buscando canalizar o descontentamento dos explorados para as ur-

nas, inclusive valendo-se dos ataques dos Estados Unidos à economia do Brasil. Os governos estaduais, com apoio do governo Lula, por meio do financiamento do BNDES, estão privatizando os serviços de água e energia, as linhas de metrô, as escolas e as rodovias. As contrarreformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização, aprovadas durante os governos Temer e Bolsonaro, que retiram direitos dos trabalhadores, foram mantidas pelo governo Lula.

A direção sindical traidora da CUT/PT e a direção seguidista da CSP-Conlutas/PSTU,

além das demais centrais pelegas, em vez de aprovar o Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral contra o ataque da burguesia e seus governos, estão em plena campanha eleitoral, chamando as massas a votarem em seus candidatos e fazendo de tudo para impedir o levante coletivo dos explorados.

O Boletim Nossa Classe chama a classe operária e os demais trabalhadores a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas e exigirem que as direções dos sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula

e organizem a luta independente em defesa do programa próprio de reivindicações.

A rebelião popular na Bolívia, que já dura mais de um mês, mostra que a ação direta, a greve geral, as manifestações de rua e bloqueios são o método que devemos utilizar para impor ao governo e à patronal a re-

dução da jornada de trabalho, sem redução salarial, e o fim da escala 6x1; para colocar abaixo a terceirização e defender a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados; para expropriar e estatizar, sem indenização e sob controle operário, as estatais privatizadas, as terras, os bancos, as multinacionais

petroleiras, as mineradoras e demais setores da indústria. Essas tarefas só podem ser realizadas por meio da construção da frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária, lutando sob a estratégia da revolução proletária e da constituição de um governo operário e camponês.

Toyota fecha fábrica e demite 1.500 trabalhadores em Indaiatuba

A unidade da Toyota de Indaiatuba, responsável pela produção do Corolla desde 1998, encerrará as atividades em junho após a transferência da operação para Sorocaba. Com o fechamento da fábrica, 1.500 operários serão demitidos, aumentando a miséria e o exército de desempregados no país. Para aumentar seus lucros, a Toyota e demais montadoras fecham fábricas, ampliam a terceirização e reduzem salários e direitos, mesmo em um contexto em que o governo Lula destinou centenas de bilhões de reais em crê-

dito e incentivos para o setor industrial. As burocracias sindicais vendidas à patronal, por sua vez, negociam e aceitam o fechamento das fábricas em troca de indenizações cujos recursos logo se esgotam, deixando os trabalhadores na miséria.

O Boletim Nossa Classe levanta a bandeira: fábrica fechada é fábrica ocupada! Emprego não se negocia, se defende com a greve, a ocupação de fábrica e o controle operário da produção.

Baixos salários e condições de trabalho perigosas e insalubres estão matando os operários na construção civil pesada

Segundo dados do CREA, São Paulo registra cerca de 34 acidentes por dia nas obras da construção civil pesada. Os dados atestam o grau de periculosidade e letalidade nesse setor da indústria e expressam a degradação das condições de trabalho, resultado direto das terceirizações e privatizações do governo ultradireitista de Tarcísio de Freitas, que conta com o aval do governo burguês de Lula/Alckmin, por meio do financiamento do BNDES.

Os trabalhadores do setor amargam baixos salários e pressões constantes da patronal para o cumprimento de prazos de entrega das obras. As mortes dos trabalhadores e a precarização das condi-

ções de trabalho são consequências diretas da contrarreforma trabalhista e da lei da terceirização, que retira direitos e está matando os operários nos canteiros de obras.

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha pelo fim das contrarreformas antioperárias, pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, e pelo fim da escala 6x1; pela escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias à produção nacional entre todos os trabalhadores aptos; e por um salário mínimo vital, suficiente para manter uma família trabalhadora.

Formação política do Nossa Classe

O que é a burocracia sindical e por que deve ser expulsa da direção dos sindicatos

A burocracia sindical é uma casta de sindicalistas que faz do sindicato uma profissão, um meio de vida. Para preservar os postos conquistados inicialmente com a confiança dos trabalhadores, constitui alianças com setores da política burguesa e se vale do poder econômico dos sindicatos. Não tem a menor transparência com as finanças e se corrompe. É comum se vender diretamente ao patronato ou ao governo.

A burocracia passa a ter interesses próprios, totalmente distintos dos interesses da classe operária. Desliga-se totalmente da produção, ganha um salário diferenciado pago pelo sindicato e via de regra procura obter benefícios na política burguesa. Tal direção afasta-se da condição de opressão nas relações de produção e se encastela nos sindicatos, servindo de correia de transmissão da política dos patrões exploradores. Passa a negar sua classe de origem, encarnando os interesses materiais da burguesia e servindo-se de algumas migalhas.

Por isso, tanto a burocracia sindical ligada à CUT, que apoia abertamente o governo burguês de Lula, como a da CSP-Conlu-

tas, ligada ao PSTU, que se diz “socialista”, na prática negociam os acordos de demissão, terceirização, banco de horas, redução de salários e direitos dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a se organizarem desde o chão de fábrica, em todos os setores, para construir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias. Dessa forma, será possível expulsar a burocracia sindical traidora e colocar o sindicato a serviço da luta pela destruição do capitalismo e pela construção do socialismo.

LANÇAMENTO**R\$10****Adquira com o distribuidor do jornal Massas:****Funcionários de escola e a política de independência de classe****MASSAS POR**

Nota do Boletim Nossa Classe

Por uma verdadeira campanha salarial

Convocar a assembleia geral para aprovar o caminho da luta unificada em defesa das reivindicações dos trabalhadores

O IBGE aponta uma inflação acumulada de 3,88% entre junho de 2025 e abril de 2026. Porém, a realidade vivida pela classe operária e pelos demais explorados é muito mais dura do que os números nos mostram. O custo da cesta básica na cidade de São Paulo, dados do Dieese, aumentou 2,51% apenas entre março e abril deste ano, passando de R\$ 883,94 para R\$ 906,14. Isso significa que, enquanto os salários permanecem congelados, os preços da alimentação, moradia, transporte e demais necessidades essenciais continuam aumentando.

Sobre essa base, é que se iniciou a campanha salarial dos borracheiros e dos trabalhadores das empresas terceirizadas que prestam serviços à Petrobrás e à Braskem. Até o momento, as direções sindicais não apresentaram o índice de reajuste salarial e aumento real. Pretendem transformar a campanha salarial em um movimento por fábrica em torno ao PLR. Limitaram a realizar assembleias por fábrica, evitando a convocação de uma grande assembleia geral capaz de unificar a categoria. Na realidade, as direções dos borracheiros e das empresas terceirizadas rejeitam a luta pelo salário mínimo vital, como piso necessário dos trabalhadores.

Com o encerramento do mês de maio e a proximidade do fechamento dos dissídios, os resultados são catastróficos. Nas multinacionais do setor, como Bridgestone, Titan (Goodyear) e Pro-

meteon (Pirelli), os patrões criaram diferentes obstáculos para impedir qualquer reajuste, ou até mesmo as migalhas que ofereçam de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Cada empresa inventa uma justificativa para não atender às reivindicações dos operários. A Prometeon chega ao ponto de desconhecer a data-base da categoria.

Essas multinacionais, que acumulam lucros milionários, alegam dificuldades financeiras quando se trata de conceder aumento real de salários ou mesmo a PLR (uma migalha comparada aos lucros dos capitalistas). Ao mesmo tempo, seguem explorando intensamente a força de trabalho. Os patrões das empresas de médio e pequeno porte repetem o mesmo discurso, lamentam as dificuldades financeiras, mas continuam lucrando às custas da exploração do trabalho. Isso para convencer os operários de que é melhor receber pouco e “garantir” o emprego. A situação não é diferente entre as empresas terceirizadas. Os patrões procuram impor perdas salariais, reduzir direitos e manter os trabalhadores divididos.

O Boletim Nossa Classe denuncia o jogo patronal e a submissão às direções sindicais. Trabalha no sentido de constituir uma oposição classista e de luta para expulsar as burocracias que se apoderaram dos sindicais e colocá-los a serviço da defesa das reivindicações vitais da classe operária.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



Realizado o Encontro Operário do POR em São Paulo

No dia 16 de maio, o POR realizou o encontro operário, que tem como objetivo organizar os contatos para construir as oposições e comissões de fábricas de luta, classistas e revolucionárias.

No primeiro ponto da pauta, foi realizada a leitura e debate crítico das notas do boletim Nossa Classe. Uma das campanhas feitas pelo boletim é a da luta pela redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. O Nossa Classe tem levantado a necessidade de ligar a luta pelo fim da escala 6x1 à luta por um salário mínimo vital e emprego a todos os trabalhadores, aplicando a escala móvel das de trabalho. Chamando as massas a não terem nenhuma ilusão no parlamento burguês e acreditarem apenas no método próprio de luta da classe operária, que é o da greve, da ação direta.

Um companheiro destacou que a luta tem de ser com independência de classe e que unifique a maioria explorada sob a direção da classe operária. Outro companheiro denunciou a política de conciliação da burocracia sindical da CUT, CSP-Conlutas e demais centrais que arrastam as massas a terem ilusão no parlamento burguês. Uma companheira que participou pela primeira vez do encontro falou “no meu trabalho muitas companheiras são separadas, tem filhos e acham que terão dois dias para ficar com os filhos, com a família, mas se nosso salário for baixo como é nós ficaremos

em casa dois dias sem ter uma alimentação boa, sem ter condições de laser com as crianças, com uma moradia precária, então nós vamos continuar com um salário miserável.

No segundo ponto, se debateu a necessidade de explicar aos operários que os patrões não são bons porque pagam a PLR, o vale alimentação. Que devemos defender a incorporação da PLR e do vale alimentação aos salários. O debate colocou a necessidade de retomar no Nossa Classe a explicação do que é a mais-valia. Mostrar que os patrões são parasitas que nada produzem. Que são os operários que produzem toda a riqueza dos patrões e da sociedade. Que não existe patrão bom. Que o salário, a PLR e o vale alimentação são uma pequena parte da mais-valia, do lucro produzido pela classe operária. Que a tarefa colocada é a de colocar fim ao sistema de exploração capitalista e construir uma nova sociedade, socialista.

A formação política foi o último ponto do encontro. Foi realizado o estudo do capítulo 2 do Programa de Transição “o proletariado e suas direções”. O ponto dois inicia afirmando que a economia, o Estado, a política da burguesia e suas relações internacionais estão completamente afetadas pela crise social que caracteriza a situação pré-revolucionária da sociedade. O principal obstáculo



no caminho da transformação da situação pré-revolucionária em revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado e sua covardia pequeno burguesa diante da grande burguesia e os laços traidores que mantém com a classe capitalista em sua agonia. Massas de milhões lançam-se sem cessar no movimento da revolução, mas toda vez nesse caminho chocam-se com os aparelhos burocráticos e conservadores.

Outra ideia importante é a de que a orientação das massas se determina, por um lado, pelas condições objetivas do capitalismo

em putrefação; por outro, pela política traidora das velhas organizações operárias. Desses dois fatores, sem dúvida, o primeiro é decisivo: as leis da história são mais fortes que os aparelhos burocráticos. Por mais diversos que sejam os métodos dos sociais traidores, jamais conseguirão quebrar a vontade revolucionária do proletariado. Cada vez mais, seus esforços desesperados de deter a roda da história mostrarão às massas que a crise da direção do proletariado, que se transformou na crise da civilização humana, só pode ser resolvida pela IV Internacional.

Rio Grande do Sul

Boletim Nossa Classe

Bolívia em alerta!

Após ampla mobilização popular pelas reivindicações dos trabalhadores governo, Assembleia Legislativa e empresários prepararam repressão contra o povo boliviano

O governo pró-imperialista de Rodrigo Paz busca resolver a crise econômica descarregando-a sobre a classe operária e a maioria oprimida do país, concedendo todo tipo de vantagens e benefícios econômicos aos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, facilitando a super exploração da força de trabalho. (...)

O Boletim Nossa Classe denuncia perante os trabalhadores de todo o mundo a preparação do massacre dos operários, camponeses, povos originários e demais explorados que enfrentam o governo antioperário e pró-imperialista de Rodrigo Paz e convoca a constituição da frente única anti-imperialista para derrotar o governo entreguista!

Construir as oposições sindicais classistas

Cresce a desconfiança dos operários com os sindicatos. A grande maioria não vê que o problema não é o sindicato, mas sim a sua direção corrompida pelos patrões e politiquinhos. O sindicato é um

organismo criado pelos próprios operários para enfrentar a superação dos capitalistas.

Não devemos abandonar nosso instrumento de luta, companheiros! Nossa tarefa é construir uma nova direção para os sindicatos, para isso precisamos constituir os grupos de oposição no interior das fábricas, sem que os patrões e a direção do sindicato possam barrar esse movimento de oposição.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a se voltarem a essa tarefa, como caminho para expulsar esses burocratas que se apossaram de nossos sindicatos.

Feminicídio no Brasil

Sem evidenciar as raízes de classe da opressão, não há como de fato combater pelo fim do feminicídio e de toda forma de violência contra as mulheres. (...)

Para isso, o programa de libertação da mulher da violência de classe, é o programa operário de construção massiva de restaurantes comunitários, lavanderias públicas, creches em tempo integral e centros de cuidados para idosos, pela adoção de uma escala móvel de salários e horas de trabalho, combatendo o desemprego e o subemprego, portanto uma aliança imediata de suas lutas com os sindicatos operários.

Pernambuco

Ato contra a escala 6x1

Divisões eleitoreiras marcam a manifestação

No dia 24 de maio, foi realizado um ato no Recife contra a escala 6x1. A concentração foi na rua da Aurora e caminhou em direção ao Marco Zero. Aproximadamente mil pessoas estiveram no pico da concentração. O ato foi convocado poucos dias antes, mas sem ampla divulgação. Diretores sindicais participaram e fizeram falas no carro de som, sem mobilizar suas bases. A classe operária esteve ausente. O POR interveio com suas bandeiras de luta e com a vendagem do jornal Massas. Considerando o uso eleitoreiro e governista, houve a iniciativa de formar um bloco de correntes que faziam críticas à política do governo.

As divisões e disputas políticas eleitorais marcaram o ato. O PSB, partido do candidato a governador João Campos, esteve no comando do carro de som. A direção estadual do PT, presidida por Fernando Ferro, foi vetada, expressando os atritos no campo

governista, pois há uma ala do PT alinhada com o PSB e outra, da qual Ferro faz parte, que tem se aproximado de Raquel Lyra, defendendo que Lula tenha dois palanques no estado.

Muitas falas tiveram como conteúdo críticas aos deputados federais de Pernambuco, que se posicionaram contra a proposta de lei e fim da escala 6x1. O tom geral do ato foi de reforço à ilusão democrática de que o voto "consciente" pode eleger políticos que lutem pelo povo.

A intervenção do POR foi diametralmente oposta. Colocou-se no campo da independência de classe, levantando a bandeira de um Dia Nacional de Luta em defesa do programa de reivindicações dos trabalhadores, que inclui a redução da jornada sem redução dos salários.

Rio Grande do Norte

Ato pelo fim da escala 6x1 em Natal/RN

Intervenção do POR em defesa da independência e dos métodos próprios dos trabalhadores

A manifestação em Natal contra a escala 6x1 ocorreu em 27 de maio, com concentração na calçada do Shopping Midway e, depois, com a caminhada até a FIERN, entidade patronal. Notou-se que tem havido um maior controle da burocracia sindical desde o último grande ato do 1º de Maio.

As intervenções concentraram-se na denúncia da odiosa escala 6x1, mas sobretudo com bastante conotação eleitoral. O dirigente da CUT falou em lutar nas ruas e "nas urnas", defendendo a saída eleitoral para as manobras do parlamento. O POR,

ao contrário, defendeu que é preciso organizar uma grande luta, dada a possibilidade de o Congresso rejeitar a PEC que reduz a jornada de trabalho. Aproveitou a fala para apoiar a luta dos trabalhadores bolivianos contra o governo ultradireitista de Rodrigo Paz. Concluiu com um chamado à organização da unidade dos explorados para de fato impor a redução da jornada sem redução do salário, bem como a rejeição às ilusões eleitoreiras, assinalando a independência de classe e os métodos próprios dos explorados.



Ceará

Ato pelo fim da escala 6x1 em Fortaleza

No dia 22 de maio, ocorreu o ato convocado pelo movimento Povo Sem Medo, Frente Brasil Popular e centrais sindicais (CUT, CTB, Intersindical e CSP-Conlutas) na Praia de Iracema. O objetivo declarado do ato era o de pressionar os deputados a votarem a favor do fim da escala 6x1 no Congresso.

A mobilização, entretanto, teve baixa participação, com menos de 300 pessoas, sendo majoritariamente composta pela burocracia sindical e estudantil; esta última, representada pela UNE e UBES.

O ato teve um marcado caráter eleitoreiro e de pressão parlamentar. Em nenhum momento se colocou pelo enfrentamento à burguesia e em defesa do método da ação direta para arrancar a redução da jornada sem redução salarial.

Com a aproximação do processo eleitoral, o movimento se tem voltado para a caça aos votos (escolhas de presidentes, deputados estaduais e federais, e senadores), em vez da organização da luta direta contra a precarização do trabalho. Trata-se, portanto, de

uma ação marcada pela demagogia e pela falsa defesa do enfrentamento à extrema direita.

O POR esteve presente com sua banca, bandeiras e jornal. A burocracia não permitiu nossa fala no carro de som, restringindo o microfone aos representantes sindicais, parlamentares e pré-candidatos. Essa atitude antidemocrática e autoritária se explica porque o POR tem sido feroz crítico e adversário da burocracia sindical e do oportunismo eleitoral.

O combate real pelo fim da escala 6x1 exige uma preparação de um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios, rumo à greve geral, como parte do enfrentamento à precarização da força de trabalho. É parte do momento o combate ao eleitoralismo das esquerdas e construir frações revolucionárias no movimento sindical, estudantil e operário. Por esse caminho, o POR trabalha por superar a crise de direção.

São Paulo

A greve nas estaduais paulistas chega em um momento decisivo

O final do mês de maio e início de junho marcam o refluxo da luta nas universidades estaduais paulistas, especialmente na USP. O autoritarismo e intransigência da reitoria e do governo Tarcísio, aliados a uma política corporativa das direções do movimento são os fatores determinantes desse refluxo. Faculdades importantes na greve estudantil como a Poli, a Física, a Medicina entre outros, já votaram pelo encerramento da greve mesmo sem ter conseguido nada em relação à reivindicação principal, a permanência estudantil. Todos eles tentam aliviar a iminente derrota do movimento com palavreado de "mobilização permanente", "estado de greve" etc.

Os professores da USP, através da ADUSP também encerraram a greve no dia 2, apresentando como justificativa a reabertura de negociações com o CRUESP (próxima reunião dia 10/06). Vão ago-

ra para a mesa de negociação sem a força coletiva da greve o que os colocará em situação inferior. As últimas entrevistas do reitor Aluísio Segurado reforçando a "responsabilidade fiscal" da reitoria e o cuidado com as finanças indicam que o CRUESP - que reúne também os reitores da Unicamp e Unesp - não abrirá muito a mão em relação ao reajuste de 3,47% anteriores. Os professores seguem com a proposta de 7,5%. A segunda reivindicação da greve dos professores era a reabertura das negociações da reitoria com os estudantes em relação à permanência estudantil. Não houve avanço nesse ponto, mas isso não impediu que a greve fosse encerrada. Isso mostra que a unidade que se formou entre professores e estudantes era uma unidade frágil, apenas em palavras. É possível dizer o mesmo dos funcionários, e também da instável unidade entre as universidades.

Na Unicamp, a assembleia que decidirá sobre a continuidade da greve será em 11 de junho. A linha defendida pela direção é similar à da direção da ADUSP. Por outro lado, a maioria do corpo estudantil permanece em greve. A reivindicação de mais contratação de docentes e técnicos administrativos tem grande força nesse movimento, assim como na Unesp. Nessa universidade, a greve cresceu na última semana em alguns setores e unidades e refluíu em outros. Existe uma ameaça constante de que a reitoria coloque a polícia contra os estudantes que estão acampados em algumas unidades. Além do problema da permanência, que é geral, os problemas locais têm impulsionado a greve como a ausência de restaurante e biblioteca no período noturno em diversos campi. A reitoria, no entanto, segue alegando impossibilidade de qualquer reforma ou reestruturação por conta de um rombo milionário nas contas. A reitora Maysa Furlan, chegou ao absurdo de anunciar a suspensão de todos os concursos para professores e técnicos-administrativos, mesmo aqueles já em andamento ou com resultado anunciado, justificando que se trata de “medida prudencial”, “considerando o momento orçamentário e financeiro da universidade”. O absurdo da medida é que tais concursos já possuíam orçamento

aprovado em Conselho Universitário desde o início do ano.

O movimento esteve, ao longo do mês de maio, com todas as condições de formar um bloco grevista coeso entre funcionários, estudantes e professores das três estaduais. Para isso, deveriam convocar plenárias unitárias que culminassem em uma assembleia geral universitária dos três setores. Além disso, era requisito a formação de um comando de greve unificado. Nada disso aconteceu. A unidade permaneceu nos apoios mútuos que não foram às últimas consequências.

De maneira geral, as reivindicações apresentadas por estudantes, professores e demais funcionários são justas e necessárias, mas correm o risco de ser derrotadas pela intransigência do governo e ausência de uma política proletária que fortaleça uma unidade mais sólida entre os diferentes setores e universidades. Trata-se de um momento decisivo no movimento grevista. O refluxo da USP pode arrastar consigo a Unicamp e Unesp. Tudo dependerá da força independente que os grevistas dessas últimas terão diante do maior isolamento que se aproxima, além da ampliação das pressões de setores reacionários das universidades.

Boletim Juventude em Luta - Universitários

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil, edição de junho, vem sendo distribuído nas universidades. Faz a campanha em defesa da greve das estaduais paulistas e da educação pública. Denuncia o EaD como instrumento da burguesia para valorização de seus lucros. Chama os estudantes a defenderem a luta do povo boliviano.

Na seção política operária, estampa: “A greve das universidades estaduais de São Paulo indica o caminho da defesa do ensino público” e que “a luta pela universidade pública passa pela defesa da democracia e autonomia universitárias”. A matéria mostra que a grande marcha até o Palácio dos Bandeirantes mostrou a disposição de luta e ressalta a defesa da autonomia dos espaços dos CAs e DCE como uma reivindicação política. Mostra que no fundo do choque contra a reitoria se encontra a decomposição da universidade pública, situação que se deve ao processo de privatização que sufoca o sistema público.

O Boletim aponta que “é obrigatório vincular as reivindicações mais elementares com o programa de defesa do ensino público, gratuito, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha”. E que, para isso, é preciso um movimento independente, que será conquistado “na luta pela real autonomia universitária, que pressupõe a implantação da assembleia universitária soberana e constituição de um governo tripartite da universidade eleito pelo voto universal”.

Em seguida o Boletim trata do EaD como uma “expressão do domínio do monopólio capitalista sobre a educação”, que usa as novas tecnologias para subordinar a educação aos seus interesses. Dando continuidade à campanha em defesa do ensino público, mostra que o crescimento do EaD foi uma das principais formas de expansão do ensino superior privado no Brasil. A matéria sobre o

EaD traz uma série de dados que mostram como a evasão é maior nele do que no ensino presencial e que sua expansão favoreceu grandemente o empresariado e os monopólios da rede privada de ensino em oposição ao ingresso e permanência dos jovens no ensino superior no Brasil. Coloca que até mesmo as estatísticas oficiais mostram como a rede privada tem indicadores acadêmicos piores. Dentre os dados apresentados, vale ressaltar que em 2014 a rede privada possuía um total de docentes 35% maior que a rede pública, mas que em 2024 esse número praticamente se igualou, sendo que a rede privada deteve 88,5% do total de ingressantes de graduação em 2024, ou seja, quase 8 vezes mais ingressantes do que a rede pública. Conclui que os “dados demonstram que o EaD e seu enorme crescimento é expressão do domínio do monopólio capitalista e do seu interesse de valorização do capital através da mercantilização da educação”.

Então defende que a luta contra o ensino privado e o EaD é uma necessidade para combater a decomposição da Educação; que é necessária a expropriação sem indenização de toda rede privada de ensino sob o controle de quem estuda e trabalha, porque só assim será possível garantir o acesso universal em todos os níveis de ensino. Aponta ainda que somente dessa forma será possível usar as tecnologias subordinadas à educação e não aos interesses do capital.

Por fim, o Boletim faz a defesa da luta do povo boliviano e de suas reivindicações contra o governo antinacional e antipopular de Rodrigo Paz, reproduzindo o chamado, presente no jornal massas 764, “às centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais a convocarem plenárias de solidariedade aos combatentes bolivianos, de defesa do movimento contra a repressão governamental e de constituição de uma frente única anti-imperialista”.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascistas. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada – em última instância – pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

Reunião da Coordenação Estadual da CSP-Conlutas em São Paulo

Realizada no último dia 30 de maio, na sede do Sindmotoristas, a reunião da Coordenação Estadual da CSP-Conlutas em São Paulo, aprovou o plano de ação estadual e elegeu a direção da Central no estado.

No debate do plano de ação, formou-se uma mesa de abertura com ativistas de lutas em curso, com destaque para as universidades estaduais paulistas. Junto a isso, distribuiu-se um plano de ação com 15 pontos, sujeito a emendas. Em seguida, abriram-se inscrições para o sorteio de 20 falas, sendo 10 mulheres e 10 homens. Com isso, a inscrição do Coordenador do SinTUFABC e militante da CPE/POR foi sorteada, garantindo o seu pronunciamento. Durante a sua fala, o militante porista criticou a ausência dos técnico-administrativos das universidades federais em greve na mesa de abertura e entregou uma folha com sete propostas ao plano de ação estadual, quais sejam:

1. Apoiar ativamente a greve geral na Bolívia, convocando assembleias, plenárias e atos de solidariedade e defendendo a criação da Assembleia Popular como resposta operária à crise e às ameaças fascistas do imperialismo;
2. Organizar a frente única anti-imperialista como tática de luta anti-imperialista e anticapitalista, em defesa da independência e soberania nacionais, sob a estratégia da revolução social;
3. Realizar, junto às demais centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares, um Dia Nacional de Luta com paralisações, bloqueios e manifestações de rua em defesa de um programa próprio, como parte da preparação da greve geral;
4. Denunciar os objetivos intervencionistas de Trump dirigidos ao Brasil;
5. Não subordinar o movimento dos explorados às disputas eleitorais da burguesia, combatendo a política de conciliação de classes e o desvio da luta para o campo da institucionalidade burguesa;
6. Diante das demissões coletivas e fechamento de fábricas, defender a ocupação das fábricas para impor o controle operário da produção e exigir a estatização sem indenização;
7. Organizar a luta da maioria oprimida para pôr em pé o Tribunal Popular capaz de julgar e punir os crimes da burguesia e de seu Estado.

Após as falas, a mesa citou algumas propostas que surgiram no debate e foram incorporadas ao plano de ação estadual, ao mesmo tempo que rejeitou, de conjunto, todas as propostas da CPE/POR. Nessa direção, apresentaram-se três destaques (MRT, MPR e POR), que foram defendidos e votados. O MRT propôs a supressão do termo “indústria nacional”, afirmando que acarreta aliança com setores da burguesia nacional. O MPR propôs a substituição da redação relativa às eleições burguesas, contrapondo-se à política de “apoiar candidatos que estejam de acordo com o programa da Central”. O POR defendeu a incorporação das propostas listadas acima. Em todas as votações, ganhou a manutenção do texto, portanto, a supressão dos

destaques. No entanto, vale destacar alguns posicionamentos.

Em relação à “indústria nacional”, a redação original, que foi mantida, citava as lutas na Avibras e na Embraer como exemplos de luta, quando na realidade envolveu acordo com centenas de demissões. O MRT propôs suprimir o termo “indústria nacional”, mas sem combater o acordo de demissão. A proposta do POR, de defesa da ocupação de fábrica, expressou a política operária de defesa dos empregos e se contrapôs às variantes centristas e pequeno-burguesas.

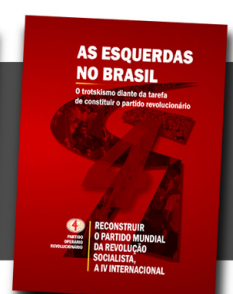
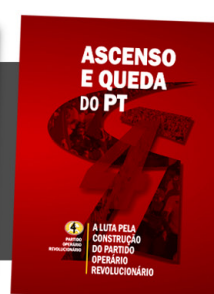
No destaque sobre a tática eleitoral, a qual reproduz a política aprovada no 6º Congresso Nacional da Central, o MRT se absteve afirmando que concorda com a redação original, que é eleitoreira, mas não queria assumir compromisso com nenhuma candidatura, já que o PSTU não cedeu à legenda para que o MRT pudesse lançar suas próprias candidaturas. A proposta do POR combateu o desvio da luta para o campo da institucionalidade burguesa.

No destaque sobre as propostas do POR, a mesa afirmou que nossas propostas já constavam no texto original, mostrando-se incapaz de se contrapor politicamente às propostas. Em seguida, ao declarar o voto de abstenção, o MPR afirmou que concordava com 99% das propostas do POR, mas divergia da frente única anti-imperialista, pois o Brasil não está sobre ataque militar imperialista, já que o governo Lula está atendendo às exigências do imperialismo e, ainda que estivesse, o correto seria unir organizações proletárias, pois jamais devemos integrar uma frente permanente com setores da burguesia. Essa fala evidenciou a confusão do morenismo sobre a tática da frente única anti-imperialista, estabelecida pelo 4º Congresso da Internacional Comunista, portanto da época de Lênin e Trotsky, e sua inconsequência na organização de luta anti-imperialista.

Por fim, ocorreu a votação da eleição para a direção estadual da Central. Apesar de ter sido aventada a inscrição de uma chapa frentista da oposição, como ocorreu recentemente no 6º Congresso Nacional da Central, foi constituída uma única chapa reunindo diferentes organizações que constroem a entidade (PSTU, MPR, MRT etc.). Essa postura indicou a superficialidade das divergências entre a corrente majoritária e a maioria das correntes minoritárias, inclusive nacionalmente. O POR não votou na chapa única, por compreender que se tratou de um desvio para dissolver as divergências políticas e as eleições proporcionais.

Essa reunião da CSP, em São Paulo, indicou o choque da política trotskista com a política morenista. A censura e o isolamento ao POR do Brasil é idêntica àquela feita historicamente ao POR da Bolívia. É bom lembrar que no momento em que ocorria essa, as massas bolivianas realizavam um Tribunal Popular em Caranavi, punindo o prefeito Marco Antonio Mamani por ter feito um acordo com Rodrigo Paz, no marco da Greve Geral ininterrupta, aprovada no 1º de Maio, exemplificando a força das propostas defendidas pela CPE/POR, tanto nesta reunião, como no 6º Congresso Nacional da CSP-Conlutas. É nessa força que devemos nos inspirar para derrotar a burguesia e seus capachos.

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Pronunciamento inicial da CPE-SinTUFABC

Sou trabalhador técnico administrativo na Universidade Federal do ABC, que é uma universidade que está em greve há três meses. Uma greve nacional contra o governo burguês de Lula/Alckmin. Uma greve que tem como pauta central o cumprimento integral do acordo da greve de 2024, que, falando resumidamente, é justamente uma greve contra o autoritarismo do governo e contra a reforma administrativa, que, na prática, os governos têm feito as contrarreformas administrativas de forma infraconstitucional e infralegal no interior das diversas categorias.

Infelizmente, não fomos convidados para compor a mesa aqui hoje, das lutas que estão em curso no país, e a mesa também não colocou aqui a questão de ordem que eu pedi para ser colocada, mas, felizmente, graças a "loteria", fui sorteado aqui, estou podendo expressar tanto essa luta do SinTUFABC, que é uma entidade filiada à CSP-Conlutas, como também a política do POR, que é o partido que eu milito, a Corrente Proletária.

Entrego à mesa sete propostas de acréscimo ao plano de ação estadual que foi distribuído. E também, como o tempo é curto, vou falar brevemente aqui algumas dessas propostas.

A proposta aparece a greve geral, que nós temos acordo. Mas

como que a gente vai construir essa greve geral? Então, o que a gente coloca é a defesa de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios, manifestações de rua, em defesa de um programa próprio, como preparação da greve geral. Que a CSP-Conlutas assuma essa bandeira, essa luta, junto às demais centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares.

Quanto à questão internacional: existe a ofensiva do imperialismo, e a gente precisa responder. Como? Aqui no Brasil, fazer uma campanha de denúncia aos objetivos intervencionistas de Trump e defender a constituição de uma frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária. Diante do levante da Bolívia, apoiar também a defesa da Assembleia Popular, como um organismo de poder das massas e como a resposta operária, inclusive a ameaça fascista e imperialista que está sendo colocada na Bolívia de esmagar esse levante.

Por fim, a última proposta, que dá para falar aqui, que são as demissões coletivas e fechamento de fábricas, defender a ocupação das fábricas, impor o controle operário da produção, exigindo a estatização, sem indenização, das fábricas. Esse é o caminho, de fato, para lutar pelos empregos, salários e direitos.

Rondônia

Burocracia do Sintero aprova as mudanças estatutárias em assembleia esvaziada

Após a realização do XVI Congresso no final de abril, a direção do Sintero convocou uma assembleia, para alterar o Estatuto e no Regimento Eleitoral, na medida em que se aproxima as eleições para a nova diretoria da entidade. As mudanças foram referentes ao Estatuto no artigo 17, § Único, e no artigo 54, e do Regimento Eleitoral no artigo 1º.

Tal procedimento poderia ter ocorrido no decorrer do Congresso, que já tinha garantida a presença de aproximadamente 600 pessoas que incluíam os delegados e componentes da diretoria. Era possível, durante os dias de Congresso, convocar os filiados que não eram delegados para discutir as mudanças estatutárias. Ou mesmo, ser parte da pauta do Congresso.

A Corrente Proletária da Educação/POR rechaçou a conduta da burocracia do Sintero em realizar as alterações de dois documentos em assembleia esvaziada, convocada no dia 18 de maio. Portanto, são alterações que não respeitaram a democracia sindical. Tal conduta colabora para que trabalhadores da educação de base percam

a credibilidade em relação ao sindicato. Confundindo, assim, o sindicato com a conduta burocrática de sua direção.

Essa política da direção do Sintero deve ser combatida. O que passou com a assembleia que modificou os estatutos é o mesmo que se passa com as prestações de contas do sindicato. A Corrente Proletária criticou essa política da direção e, portanto, rejeitou as manobras de mudança dos estatutos em uma assembleia esvaziada e sem nenhuma discussão anterior com os filiados. Tratou-se de uma assembleia onde somente foi garantida o direito de fala da direção do sindicato.

Mesmo sem o direito de fala, a Corrente Proletária interveio com a distribuição do boletim criticando a manobra da direção do Sintero, com a divulgação das campanhas em torno ao fim das guerras de dominação no Oriente Médio e na Ucrânia e em defesa da tática da frente única anti-imperialista, e com as publicações do Partido Operário Revolucionário.

Rio Grande do Norte

Nas eleições para o Sinte-RN, a Corrente Proletária compõe a Chapa 2 de Oposição Unificada

A eleição para a direção do Sinte-RN (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do estado e municípios) ocorrerá em 9 de junho. Duas chapas se inscreveram: Chapa 1, que representa a atual direção, organizada pelo PT. A Chapa 2, "Oposição Unificada, independente dos governos, para mudar o Sinte", composta pela CPE/POR, Muda Sinte (PSTU, ART e simpatizantes), militantes do PSOL e trabalhadores independentes.

O programa da chapa 2 foi construído por meio de plenárias com chamados abertos e discussão dos pontos programáticos.

Aprovou-se um programa que defende a independência política do sindicato diante dos governos, defesa da democracia sindical, informes financeiros mensais, os métodos da luta de classes (paralisações, atos, greve etc.), a unidade entre professores efetivos, temporários e terceirizados, e a unidade da comunidade escolar em defesa da escola pública.

Dentre as principais reivindicações, estão: defesa do cumprimento imediato e integral do repasse do Piso Nacional; que a CNTE organize uma luta nacional por um piso salarial vital (segundo o

Dieese, de R\$ 7.425,99); progressões de carreira automáticas, a cada 2 anos, a partir do ingresso no cargo; máximo de 25 alunos por turma e não mais que 15 alunos na educação infantil; jornada máxima de 20h, sem redução de salário; contra a transformação de escolas regulares em ETIs; efetivação dos trabalhadores terceirizados e/ou temporários; defesa da educação pública, gratuita, laica, científica e vinculada à produção social.

Por fim, a chapa 2 defende a construção de greves unificadas, a revogação das contrarreformas, o apoio à luta dos camponeses pela terra e dos trabalhadores sem-teto pela moradia, o fim da guerra na Ucrânia (pela união dos explorados russos e ucranianos), a defesa dos povos oprimidos (Palestina, Irã, Venezuela, Cuba) e do direito à autodeterminação.

Depois de aprovado o programa, houve a discussão da composição da chapa. A divergência se deu na composição da coordenação-geral. Damos especial importância, pois a coordenação deveria representar a síntese dessa unidade. O Muda Sinte (PSTU, ART e simpatizantes) defendeu a composição a partir de representantes de regionais/núcleos dirigidos por eles (Ceará-Mirim, São Gonçalo e Umarizal), o que, na prática, significava a totalidade dos cargos para sua corrente. A Corrente proletária reivindicou 1 vaga na coordenação-geral, sob o argumento de que não se tratava de um critério numérico, mas de constituir uma coordenação-geral que

expressasse a elaboração programática da chapa que, na prática, era reflexo das discussões entre as duas correntes (Muda Sinte e CPE). O PSTU manteve sua proposta inicial, que prevaleceu na votação. Informamos que considerávamos um erro, mas que nos manteríamos compondo a chapa em virtude do programa. Os demais cargos (44) foram distribuídos entre os demais camaradas.

A campanha da chapa tem se dado por meio das visitas às escolas, idas ao interior do estado, lives e campanhas financeiras. A Corrente Proletária tem realizado a campanha como extensão do trabalho sistemático que já realiza semanalmente de passagem nas escolas. Nota-se, em parte da categoria, uma certa abertura à oposição e certa rejeição à atual direção. No entanto, o controle do aparato e o conservadorismo de setores mais atrasados da categoria pesam a favor da direção petista.

A fragmentação da oposição nos meses anteriores à eleição foi um fator negativo para que a categoria pudesse fazer experiência com a atual direção petista. A unidade da oposição precisa existir não só na eleição, mas principalmente nas lutas concretas. A Corrente Proletária atua para consolidar uma fração revolucionária nos trabalhadores em educação, que expresse as tendências de luta da categoria e sirva para canalizar a rejeição à atual direção para a constituição de uma direção revolucionária para o Sinte-RN.

Pernambuco

Rodada de assembleias nos campi do IFPE- Retomada dos métodos presenciais de organização

Entre os dias 4 e 27 de maio, a gestão Classista e Independente do Sindsipe (sindicato dos servidores do IFPE) realizou a 1ª rodada de assembleia presencial nos 16 campi. A nova gestão frentista composta pelo POR, PSOL e independentes tomou posse em 1º de abril deste ano. O processo eleitoral ocorreu com a inscrição de chapa única, o que fez com que a chapa assumisse sem debate que possibilitasse apresentar à base seu programa. Por isso, organizamos como ponto de partida a retomada das assembleias presenciais nos campi que, entre as pautas, discutiram o não cumprimento integral do acordo coletivo de greve, a exemplo do RSC-TAE (Reconhecimento de Saberes e Competência dos TAEs), questões docentes, perdas salariais, condições de trabalho e reivindicações locais.

A rodada de assembleia foi uma forma buscar a reaproximação com a base, onde foi feita campanha de filiação e eleito um representante de base por campi. Considerando todos os campi, participaram 127 servidores, um avanço em relação às últimas assembleias gerais virtuais, onde participavam em média 10 pessoas. A que debateu a greve do SINASEFE em 24 de fevereiro deste ano, contou com cerca de 15 pessoas. A CPE/POR sempre denunciou as assembleias híbridas, que estavam servindo à desmobilização.

Em todos os campi fizemos passagem nos setores para divulgação e chamado da assembleia. Em nossa apresentação destacamos 4 pontos fundamentais: a) defesa da democracia sindical, como forma de levantar as reivindicações, que devem ser defendidas pelos métodos próprios dos trabalhadores, com as convocações das assembleias como espaço de fortalecimento da luta coletiva em defesa das condições de vida e trabalho; b) independência perante o governo, as reivindicações dos servidores se chocam com os interesses dos governos, que avançam na destruição dos serviços públicos e dos direitos dos servidores; c) transparência no uso dos recursos do sindicato, que devem servir para a luta sindical; solidariedade de classe, contra o corporativismo que só serve para isolar e enfraquecer a luta dos servidores, por isso a gestão participou da construção do 1º de Maio de Pernambuco, contra a escala 6x1 e apontando que será na unidade com outros trabalhadores

que conquistaremos a redução da carga horária dos técnicos administrativos em educação (TAEs), de 40 para 30 horas semanais, e barraremos a ameaça de Reforma Administrativa, que ameaça precarizar ainda mais as condições de trabalho.

De forma geral, em muitos campi, os servidores expressaram a importância de irmos até as bases, que se sentiram acolhidas pelo sindicato. Sentiram a ausência do sindicato, durante a gestão anterior, hegemonizada pelo PT. A última rodada de assembleia ocorreu antes da greve de 2024. Em muitos campi foram observados problemas de infraestrutura, mesmo em campi novos, que sofrem com alagamentos no período de chuva. Alguns TAEs que atuam em pesquisa e extensão não podem contabilizar em sua carga horária. Com o corte de verbas e baixa contratação, os servidores têm suas condições de trabalho precarizadas com o sucateamento dos campi.

Independência do sindicato perante os governos não é neutralidade

Dos 16 campi, em 2 houve questionamento em assembleia em torno da defesa da independência da gestão Classista e Independente perante o governo. O primeiro, um militante do PSOL, afirmou que “devemos ouvir a base que quer votar em Lula”, e “que o momento de declarar independência é em janeiro de 2027, após as eleições”, nos acusando de “neutralidade”. A segunda, nos acusou de “estar atacando muito o governo”, quando cobramos os acordos de greve.

Respondemos afirmando que “independência não é neutralidade”, mas se colocar ao lado e pela organização dos trabalhadores. A independência perante governos e patrão é essencial para qualquer sindicato que atua como instrumento de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores. Sobre a “base querer votar em Lula”, relembramos que em 2022 o Congresso Nacional do Sinasefe aprovou “votar em Lula para derrotar Bolsonaro”, mas que

isso não significou uma ampla discussão para ouvir se a base de Pernambuco tinha acordo, mas a gestão, na época, utilizou recursos para fazer “adesivação” e manifestou publicamente o apoio à eleição de Lula. Por isso, não descartamos a possibilidade de convocar debates que tratem da análise de conjuntura, mas reafirmando que os trabalhadores foquem na defesa de suas reivindicações, sem ilusão nos governos e parlamentos burgueses.

A obrigação de uma direção sindical classista é apontar que os trabalhadores devem se guiar por suas reivindicações e métodos próprios para alcançá-las, sem ser arrastada pelos meios da burguesia. Reconhecemos as diferenças entre um governo de ultradireita obscurantista, como foi o de Bolsonaro e o de Lula que se veste de nacional-reformista. E, o fato é que o fortalecimento da ultradireita nos últimos anos não se dá pelas “críticas” ou “independência” das direções sindicais aos governos, que atuam sob a conciliação de classes e de blindagem dos governos. O fortalecimento da ultradireita veio da incapacidade do governo Lula de atender ao que prometeu, e por dar continuidade à política de contrarreforma dos governos golpista de Temer e de ultradireita de Bolsonaro, não revogando as contrarreformas, mantendo a política fiscal de cortes de verbas aos serviços públicos. Nem ao rebaixado acordo de greve da Educação Federal o governo atendeu. Manifestar apoio ao governo enquanto a Fasubra sustenta sozinho uma greve há quase quatro meses, seria inconsequente com a defesa do cumprimento do acordo. Essa pauta também é nossa.

RSC-TAE proposto pelo governo não atende ao acordo de greve, mantém as disparidades entre docentes e TAEs

Sobre a RSC-TAE, este ponto fez com que houvesse uma maior participação dos TAEs nas assembleias, em comparação à participação de docentes. Diferente da direção nacional do Sinasefe, que aponta como “vitória”, apresentamos à base que, apesar da necessidade de aplicação imediata, é necessário lutar para garantir que ela seja concedida como negociada no acordo de greve. Explicamos que o RSC-TAE é uma reivindicação que surge após a greve de 2012, onde o governo dividiu a categoria concedendo o RSC apenas aos docentes, aumentando significativamente a diferença remuneratória entre TAEs e docentes. Por isso, parte da burocracia sindical desmontou a greve de 2024 quando o governo apresentou um acordo extremamente rebaixado, mas com promessas, como a do RSC para os TAEs.

Apresentamos nas assembleias os problemas na lei da RSC-TAE aprovada pelo governo (mas não implementada), entre eles: exclusão dos aposentados, os mais afetados com as perdas salariais, por não terem direito nem ao auxílio alimentação; atende apenas 75% dos ativos (sem ter claro como será o critério de exclusão, o que pode desfavorecer os servidores que não têm relações de proximidade com gestão institucional); será concedido após estágio probatório (o docente pode solicitar quando ingressa no serviço público); a remuneração máxima do RSC-TAE é de 75% do salário, enquanto a dos docentes é de 115% do salário; não será pontuada atividades desenvolvidas antes de ingressar no cargo (o docente apresenta atividades desenvolvidas no processo de formação, anterior ao ingresso na rede federal); a lei aponta que após entrega da documentação, a comissão tem 120 dias para avaliar o processo, e dentro deste prazo o TAE não terá direito a receber retroativo (o docente recebe o retroativo considerando a data de entrega da documentação).

Desta forma, o RSC-TAE aprovada pelo governo ainda diferencia as carreiras e não reconhece de fato os saberes e competên-

cias dos TAEs, mantendo o tratamento diferenciado entre docentes e técnicos, apesar da demagogia de que os trabalhadores da educação são todos educadores.

Não cumprimento dos acordos de greve. Por que os IFs não estão em greve?

Os servidores questionaram sobre a pauta de redução da jornada de 40 para 30 horas, assim como acordos ainda não cumpridos pelo governo, e por que os TAEs das universidades estão em greve e os do IFPE não. Explicamos que o ano de 2025 foi de enrolação do governo em torno ao cumprimento integral dos acordos, mas que a direção nacional não organizou a luta ativa da categoria, se restringindo aos chamados “dias nacionais de paralisação”, sem construção na base, o que fez com que a maioria dos IFs não aderissem.

O indicativo de greve do SINASEFE ocorreu por pressão da base no último Congresso Nacional, em dezembro de 2025, onde presencialmente o plenário gritou por “greve”. Mas, às vésperas de festas e de férias, com uma direção nacional governista (e, mesmo em PE, gestão anterior dirigida pelo PT), que não tinha interesse em construir a greve, porque aponta que o momento é de garantir a “reeleição de Lula para combater a ultradireita”. Assim, na Plenária Nacional de 27/02, a maioria das seções estava sem posicionamento ou contrários à deflagração da greve, por não terem discutido com a base, ao mesmo tempo em que as direções expressavam que não era o ano para fazer greve, que tínhamos que esperar 2027; após reprovar a deflagração da greve e considerando as condições pós-férias, o plenário solicitou que houvesse outra Plenária Nacional Presencial para debater a greve, mas a direção nacional propôs que fosse discutida em 17/04, com um tempo longo entre as duas plenárias, e sem construção na base, as discussões de greve esfriaram, principalmente sob a sombra do argumento de que uma greve levaria à volta da ultradireita. Assim novamente foi reprovada a deflagração de greve na Plenária Nacional do SINASEFE.

Não reconhecimento do tempo de serviço docente no IFPE – Pelo reposicionamento e reenquadramento dos professores EBTT

Sobre as questões docentes, os professores que participaram buscavam saber sobre o reposicionamento e reenquadramento docente; processo de remoção entre campi; piso do magistério, que atualmente é maior que o salário base inicial dos professores do IFs; perda da aposentadoria especial, e aumento do tempo de serviço, em caso de afastamento para capacitação.

A principal pauta discutida foi o reposicionamento e reenquadramento docente, que têm tido repercussão nacional por afetar a remuneração por de tempo de serviço. Isso evidencia desespero dos docentes, que, assim como os TAEs, sofrem com o arrocho salarial e precarização da carreira. Nas assembleias, apontamos que atuaremos nas vias de pressão administrativa, pela aprovação no Conselho Superior do IFPE, e judicial, com ação coletiva, mas apontamos a fragilidade destes métodos, que sem pressão política que vincule às pautas gerais da categoria, será mais um processo que fica parado ou que facilmente será derrotado.

Assim, o que a gestão apresentou nas assembleias é a importância de organizar a luta coletiva e de pressão política, que una docentes às reivindicações específicas dos TAEs. Por isso, a importância de convocar os servidores para a mobilização, com atos na Reitoria, para pressionar o Conselho Superior, e, nacionalmente, atos de rua unificados, para combater as negativas do governo, que vêm desde a demora na publicação do decreto para implementação do RSC-TAE, quanto ao reconhecimento de tempo de serviço docente.

Organizar imediatamente a luta em defesa dos salários

A pauta sobre as perdas salariais mostrou como o desespero pelo RSC dos TAEs e reconhecimento do tempo de trabalho docente é uma forma da categoria tentar superar as perdas salariais sofridas ao longo dos anos. (...)

A gestão Classista e Independente defende que é urgente a organização da campanha salarial que reponha as perdas dos últimos anos. Servidores que falam que no início da carreira ganhavam 7 salários mínimos e agora mal chega a 2 e meio. A greve de 2024 iniciou defendendo cerca de 34% e 54% de reposição salarial para docentes e TAEs, respectivamente. Mas, as direções governistas negociaram com o governo, por cima do movimento, uma reposição extremamente rebaixada de 0% em 2024, 9% em 2025, e para 2026, 5% (TAEs) e 3,5% para docentes. Ou seja, não bastava não atender às perdas consideradas até o início de 2024, ainda fechou um acordo que amarrava as campanhas salariais até o final do mandato do governo Lula/Alckmin, desconsiderando a inflação somada entre 2024 e 2026, o que evidenciou a conciliação de classes, evitando qualquer choque entre a base e o governo.

O fato é que ainda corremos o risco de 2027 não ter nenhum reajuste, visto que não há chamado de luta coletiva pela cam-

panha salarial. A gestão apresentou a proposta de fazer um levantamento das perdas reais dos salários nos últimos anos, como forma de preparar a categoria para a luta em defesa dos salários. Que os servidores não tenham que brigar entre si para ver quem terá algum ganho, como proposto pelo limitado RSC-TAE, que atende 75% dos servidores na ativa. Que os servidores do IFPE, em unidade com outras categorias defenda que nenhum trabalhador receba menos que o salário indicado pelo DIEESE, atualmente em torno de R\$7.100,00.

Corrente Proletária na Educação na gestão do SINDSIFPE e a defesa dos métodos de luta presenciais

A Corrente Proletária na Educação atua na gestão Classista e Independente defendendo que a direção sindical seja um organizador da luta coletiva dos servidores. Defendemos que a gestão iniciasse com a rodada de assembleia presencial nos campi, como forma de reaproximar a base de seu sindicato. E, vamos nos esforçar para que esta rodada ocorra regularmente.

A CPE defendeu que a Assembleia Geral também ocorresse no formato presencial, mas fomos voto vencido e a primeira assembleia geral ocorrerá extraordinariamente em 10/06 no formato híbrido no campus Recife. Buscaremos avaliar coletivamente a participação na próxima assembleia geral, mas mantendo a defesa da necessidade de o sindicato retomar os métodos presenciais de organização e luta. É importante que os espaços de assembleia expressem as discussões que levam à construção da pauta de reivindicações que unifiquem TAEs e docentes, em combate ao divisionismo. Nenhuma ilusão nos governos! Que os trabalhadores se movimentem pelos métodos próprios da classe operária, com a defesa dos atos de rua, paralisações e greve!

São Paulo – ABC

GECO discutiu a centralidade da luta de classes para a superação da opressão sexual

Em 1 de junho de 2026, o Grupo de Estudos da Cultura Operária (GECO) se reuniu na Sala d'A Livraria da UFABC, no campus Santo André, para discutir a raiz de classe da opressão sexual e as formas de superá-la. A discussão foi baseada no folheto do POR intitulado "Resposta marxista à opressão sexual", publicado em 2025. Na abertura, pontuou-se que o GECO reúne estudantes e trabalhadores e que, por não se tratar de uma instância deliberativa, geralmente ocorre de forma híbrida. O presente encontro, sobre a opressão sexual, ocorre no contexto do mês do Orgulho LGBT.

Observou-se que a Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo se tornou um grande evento festivo e turístico, patrocinado por capitalistas e influenciado ideologicamente pelo reformismo, corrente que oculta e deforma a origem da opressão sexual, expressa um ultradivisionismo e supõe o fim da opressão no interior do capitalismo, por meio de ações culturais, educacionais e eleitorais. Em momentos de crise profunda, como a que vivemos, mesmo esses eventos em que a burguesia lucra, são atacados, como vemos agora com o PL 50/2025 do vereador reacionário Rubinho Nunes, que tenta impor restrições à realização da Parada.

Em oposição a isso, colocou-se a necessidade de compreender o surgimento e o desaparecimento da opressão sexual. Assim, es-

clareceu-se que a opressão sexual se origina com o surgimento da propriedade privada, da família, das classes sociais e da exploração do trabalho. O controle da sexualidade emergiu como forma de preservar a propriedade privada e de garantir a transmissão da herança, por exemplo, evitando "filhos bastardos". Nesse contexto, o Estado e a Igreja cumpriram e cumprem um papel fundamental, estabelecendo regras sobre o que pode ou não pode etc.

O obscurantismo religioso é uma das principais formas de controle da sexualidade e de opressão sexual. Os políticos burgueses, de diversos matizes, mas especialmente da fração burguesa ultradireitista, geralmente, recorrem ao puritanismo e ao fundamentalismo religioso. Em São Paulo, isso fica claro com a postura adotada pelo governador Tarcísio de Freitas, cujo partido (Republicanos) integra nacionalmente a frente ampla de Lula/Alckmin. Foi argumentado que mesmo religiões que não se vincularam ao Estado e tendem a ser menos controladoras, como o candomblé, possui diversas práticas de extorsão.

Também foi abordada a impotência do reformismo, que ao transformar a luta por direitos democráticos (como direito ao casamento e ao nome social) em um fim em si mesmo, mostra-se incapaz de impedir a retirada de direitos em momentos de crise e agudização da luta de classes, em que crescem as ideologias rea-

cionárias e se descarrega mais violência sobre as massas, inclusive cassando direitos da população homossexual e transexual. É o que se passa abertamente nos Estados Unidos sob o governo Trump.

Ressaltou-se a centralidade da luta de classes, pelo fim da exploração do trabalho, na luta pelo fim da opressão sexual. O capitalismo se utiliza da opressão para a superexploração de setores das massas, como homossexuais e transexuais, que padecem com a violência social e no seio da família, sendo empurrados para a rua, miséria, prostituição e trabalhos precários. Por isso, a luta em defesa dos empregos, salários e direitos (trabalhista, saúde, moradia etc.) é essencial para responder e solucionar as reivindicações mais elementares dos oprimidos. Luta que só pode ser travada de forma consequente por meio da ação direta coletiva, como manifestações de rua e greves.

Colocou-se a necessidade de combater objetivamente a raiz da opressão sexual, que é econômica e comum a todas as formas de

opressão. A base para superar a opressão sexual está em expropriar a burguesia, classe inimiga da humanidade, e abrir o caminho para superar as classes sociais e toda forma de opressão. A revolução proletária na Rússia abriu esse caminho, inclusive sendo uma das primeiras grandes nações a descriminalizar a homossexualidade e o aborto, porém retrocedeu com a contrarrevolução estalinista, com sua política de "lares felizes" e outras medidas.

Trata-se de retomar a política revolucionária, construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, e trabalhando pela unidade de todos os explorados contra a burguesia. O combate ao capitalismo em nível mundial é o caminho para conquistar a redução da jornada de trabalho com escala móvel das horas de trabalho e dos salários, garantir direitos e proteção social e abrir o caminho para superar a exploração do trabalho e a opressão social.

São Paulo – ABC

Frentes de lutas do ABCDMRR capitulam no enfrentamento aos ataques imperialistas no mundo

A atual situação exige respostas contundentes aos sucessivos ataques e massacres promovidos pelo imperialismo. No entanto, o que se observa nas instâncias de organização local é um recuo, aparelhamento e capitulação por parte das correntes majoritárias.

O recente movimento de retomada do ABComitê em Defesa da Palestina, no ABCDMRR, ilustra perfeitamente essa situação. Após meses de paralisia e inatividade, a rearticulação do Comitê tem ocorrido de maneira burocrática. O espaço foi monopolizado por correntes reformistas que subordinam a urgência das reivindicações a calendários eleitorais, promovendo ações de baixíssima efetividade política.

A recusa em unificar e radicalizar as lutas é o sintoma mais nítido dessa capitulação. Propostas fundamentais e estruturais, como a apresentada pelo Partido Operário Revolucionário (POR) para a junção dos comitês da Palestina e da Venezuela em uma Frente Anti-Imperialista unificada, bem como a convocação de uma plenária de organização combativa, foram sumariamente ignoradas pelo PT e pelo PCB.

Em vez de organizar a classe operária para o enfrentamento real ao imperialismo, essas organizações optaram pelo apaziguamento simbólico. A substituição do debate político e da mobilização por atividades inócuas de caráter moral, como "culto ecumênico pela paz" ou "almoço palestino", esvazia o caráter de denúncia e combate que a situação exige.

Transformar a luta anti-imperialista em confraternização pacífica ou em mero palanque de proselitismo eleitoral não é apenas um desvio tático, mas uma despolitização deliberada. O resultado dessa política de conciliação é o afastamento da base: a militância que está genuinamente comprometida com o combate não encontra lugar em frentes que trocam a luta política pelo simbolismo estéril.

É urgente romper a paralisia. A verdadeira solidariedade internacional exige a construção de espaços democráticos, classistas e independentes, que tratem o anti-imperialismo não como verniz para campanhas eleitorais, mas como eixo central e inegociável da luta dos trabalhadores.

Congresso do PCO

Convite ao POR

Companheiros(as), falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Aceitamos o convite para fazer esta saudação ao XII Congresso do Partido da Causa Operária, apesar das inúmeras divergências de método, de concepção, de tática e de estratégia, devido ao fato de o PCO ainda reivindicar-se como uma organização trotskista. Esse fato nos interessa, pois a situação exige da vanguarda com consciência de classe que coloque em primeiro plano o problema da reconstrução da Quarta Internacional.

A conjuntura está marcada pelo recrudescimento da crise do capitalismo. No Brasil, a crise política vem se aprofundando, os trabalhadores e a juventude oprimida vêm se mobilizando por suas reivindicações. O obstáculo está no corporativismo e no imobilismo das direções, que se negam a unificar e impulsionar as lutas. Daí a importância da exigência às centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis de que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua.

No plano internacional, o cerco e as ameaças a Cuba, a persistência da guerra na Ucrânia, o genocídio na Palestina, os ataques ao Irã e Venezuela, os tarifas impostos por Trump e o avanço das tendências de direita e ultradireita são expressões da barbárie

do capitalismo em decomposição.

O levante das massas na Bolívia contra o governo Rodrigo Paz é uma resposta ao aumento do custo de vida e à aplicação de um plano de ajuste ditado pelo imperialismo. A situação pré-insurrecional coloca diretamente a questão do poder. Coloca-se a aliança operária e camponesa, impulsionando a luta pelas reivindicações elementares, fazendo a ponte com as bandeiras gerais de combate anticapitalista, retomando a tradição das Teses de Pulacayo, erguendo a Assembleia Popular como órgão de poder, como em 1970-71.

Está colocada, diante da ofensiva generalizada da burguesia sobre os explorados e as nações oprimidas, a constituição da frente única anti-imperialista, sob a direção e os métodos de combate do proletariado. A única saída para a humanidade está na superação do capitalismo pela via da revolução proletária e do socialismo. É aí que se coloca a questão da reconstrução da Quarta Internacional, da superação da profunda crise de direção. Será a partir desse ponto de vista que o POR avaliará as resoluções aprovadas neste congresso do PCO.

Obrigado.

Nesta edição:

Bolívia: O novo governo fantoche do imperialismo está afundando; A rebelião indígena camponesa não conquistará sua autodeterminação nacional.... ; Somente a revolução dirigida pelo proletariado libertará o movimento indígena-camponês; Na altiplanicie boliviana, forma-se o pacto de unidade operário-camponesa-indígena-originário; A direita unida sedenta de sangue; Depenar o frango; Fora este governo e toda a classe dominante entreguista e corrupta; Mesa de debate apresenta: discussão com Ariel do POR boliviano

Brasil: Ato na Praça da República; Breve consideração sobre a live realizada pelo PSTU sobre a crise na Bolívia; Sindicatos, ex-parlamentares e a OCI usam o enfrentamento popular na Bolívia
Assimilando o socialismo científico: Natureza Geral da Dialética como Ciência



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Trabalhadores, estudantes e oprimidos em geral retomam às greves e manifestações de rua em vários países

Bolívia

A Bolívia se encontra convulsionada. Desde 1º de Maio, camponeses, indígenas, operários e trabalhadores em geral ocupam as ruas por todo o país, bloqueando as estradas e realizando marchas gigantescas. O movimento se rebelou contra a política econômica antinacional e antipopular do governo Rodrigo Paz. O levante ganhou tal proporção que colocou a questão do poder. A direção que não expressa a estratégia revolucionária, diante do impasse, levantou a bandeira de “renúncia do governo”, que se pôs a serviço do grande capital e do imperialismo.

Rodrigo Paz, pressionado pela burguesia e pelo imperialismo norte-americano, ameaça impor o “estado de sítio”, para reprimir violentamente as mobilizações e desbloquear as estradas. No entanto, primeiramente, foi obrigado a se colocar pelo “diálogo” com as organizações dos trabalhadores (COB) e das direções indígenas e camponesas, usando como intermediadora a igreja católica. Pretendia pôr fim ao movimento valendo-se da política da conciliação de classes. Mas a tentativa, até o momento, fracassou. Os ampliados convocados pela COB rejeitaram a participação nas mesas de negociação.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) interveém diretamente nessa mobilização multitudinária. Diferencia dos setores majoritários que levantam a bandeira de renúncia de Rodrigo Paz e novas eleições. O POR assinala que a troca de um governo burguês por outro não poderá conter a crise econômica que abate o país e a maioria da população oprimida. Levanta a bandeira de constituição de uma Assembleia Popular sob a direção da classe operária e a estratégia da revolução social. Diante da ofensiva do imperialismo, defende pôr em pé a frente única anti-imperialista, para impor a nacionalização das terras, minas e expropriar a burguesia e sua política.

A vitória do movimento dependerá de ganhar a classe operária, principalmente a mineira, que tem em sua história a experiência acumulada com a aprovação das Teses de Pulacayo, a Revolução de 1952, que criou a COB na época como organismo de duplo poder e a Assembleia Popular, organismo com características soviéticas em 1971, que só não caminhou para a revolução proletária porque foi esmagada a sangue pelo golpe militar de Hugo Banzer.

Com essa política de independência de classe e a estratégia da revolução proletária, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) trabalha pela vitória do movimento.

Dentre as lutas que se desenvolvem na América Latina, a da Bolívia é a que mais se projeta no continente devido ao método revolucionário utilizado pelas massas camponesas e operárias. Neste número do Jornal Massas, reunimos uma série de informações, de posições críticas e de intervenção programática do POR boliviano.

Chile

No dia 3 de junho, estudantes, professores e trabalhadores em geral ganharam as ruas da capital chilena, principalmente. O protesto foi convocado pela Confederação dos Estudantes (Confech) e pelo Sindicato dos professores, para se opor à contrarreforma do presidente ultradireitista Antonio Kast, que tomou posse no final do ano passado, substituindo o governo nacional-reformista de Gabriel Boric. A reivindicação central esteve voltada aos cortes de 3% dos serviços essenciais, entre eles a educação e saúde, resultante da reforma tributária. No caso da educação, os estudantes também se colocaram contra a política de militarização das escolas, em nome do combate à violência.

A manifestação foi um reflexo do profundo descontentamento dos explorados com o governo pró-imperialista de Kast. O fundamental está em que retoma o caminho das gigantescas mobilizações de 2019, que desgraçadamente foram canalizadas para o terreno da democracia burguesa e para a eleição de Boric. O fracasso desse governo deve avançar agora de eleição para que o movimento dê um passo no sentido de avançar para a revolução social. O que significa fortalecer o Partido Operário Revolucionário, penetrando seu programa entre o operariado e juventude oprimida.

México

O sindicato dos professores havia realizado uma greve de 23 dias no ano passado contra as medidas da presidente Claudia Sheinbaum. Na ocasião, conseguiram apenas uma redução gradual da idade da aposentadoria. O problema é que o governo mantém a contrarreforma, cuja essência está na substituição do sistema público de previdência pela previdência privada, chamada de Afores.

Agora, os professores voltaram à greve, convocada pela Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), exigindo também um reajuste de 100%, como valorização do poder de compra dos salários do magistério. A presidente concedeu

o acinte de 9%. Os protestos reiniciaram com os professores em Oaxaca. As marchas do interior para a capital foram duramente reprimidas pelas forças policiais, com dezenas de professores feridos. Os secretários de governo, que inclui o da Educação, foram colocados a serviço de abrir as negociações com as direções sindicais. Até o momento, prevalece o fracasso dessas negociações.

Há uma tendência à radicalização em função dos jogos da Copa do Mundo, o que é temida pela presidente Sheinbaum. O centro da capital está cercado. Os manifestantes tentaram desbloquear o centro, com a derrubada das cercas de metal, protegidas por forte aparato policial. Cartazes e estátuas alusivas aos jogos da Copa foram rasgados e derrubados. Milhares de professores se acantonaram em acampamentos nas ruas próximas ao centro. O governo nacional-reformista tenta quebrar a radicalidade do movimento com o chamado ao “diálogo” com as direções.

A vitória do movimento será possível com a unidade de outros setores e a rejeição da conciliação de classes, manifestada nas tais mesas de negociação.

Portugal

A greve geral de 3 de junho convocada pelas centrais sindicais se deu em função da votação da contrarreforma trabalhista. A paralisação atingiu o transporte, a educação, a saúde e os serviços públicos, sobretudo.

O discurso do governo português é o mesmo dos governantes que já impuseram essa contrarreforma. Se apoiam na farsa de que servirá para modernizar o mercado de trabalho e impulsionar a competitividade da economia nacional. Na realidade, trata-se de um conjunto de medidas para eliminar direitos trabalhistas. Entre elas, o avanço da terceirização, novas regras de contratação (contratos temporários) e acordos de banco de horas (flexibilização capitalista do trabalho). Esse violento plano foi imposto pela burguesia nacional e pelo imperialismo ao Brasil, cujo resultado tem sido o impulso à barbárie social.

O 1º ministro, Montenegro, conta com a aprovação da contrarreforma, uma exigência do grande capital. As direções sindicais denunciam as medidas que ampliam a precarização do trabalho e liquidam com direitos sindicais e trabalhistas. Nessa luta, para triunfar, é preciso levantar o programa de defesa da classe operária e do conjunto dos trabalhadores portugueses.

Estados Unidos

No país norte-americano imperialista, tem ocorrido manifestações contra a política Trump de guerras e opressão nacional e social. No dia 2 de junho, manifestantes enfrentaram o secretário de Estado Marco Rubio, exigindo o fim do bloqueio e das medidas impostas à Cuba, bem como dos bombardeios na Palestina, Líbano e Irã.

Trump, por sua vez, tem alargado seu intervencionismo militar e econômico sobre as nações oprimidas. A invasão à Venezuela, o sufocamento econômico de Cuba, o apoio aos candidatos ultradireitistas nas eleições da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Honduras, El Salvador e, agora, na Colômbia e Brasil, e a imposição dos tarifas, que atinge o Brasil e outros países, têm golpeado a América Latina.

Os explorados e oprimidos têm se manifestado. O combate não se generalizou em função da política das direções sindicais. As manifestações e greves nos Estados Unidos são fundamentais porque atingem o coração de onde parte a política de guerras e de opressão nacional. Nos Estados Unidos, é fundamental propagandear a bandeira de frente única proletária e nas nações oprimidas, a frente única anti-imperialista.

Brasil

Há um descontentamento entre os trabalhadores, que vem crescendo dia a dia diante da política de aplicação das contrarreformas trabalhista e terceirização e dos cortes de recursos de setores essenciais, como os da educação e saúde.

A greves têm sido frequentes. No entanto, prevalece a política corporativa de suas direções sindicais. Hoje, chama a atenção a greve dos Técnicos-administrativos das universidades e institutos federais (FASUBRA). Trata-se de uma greve nacional, que iniciou em fevereiro, atingindo várias universidades e institutos federais em todo o país. Entre as reivindicações, há exigência de que o governo Lula cumpra o acordo da greve de 2024 e melhores condições de trabalho. A greve completou três meses, sem que Lula cumprisse o acordo.

Há também greves na educação, como a que ocorre na USP e universidades estaduais de São Paulo. As reivindicações estão centradas nos cortes de recursos, no avanço da privatização e no autoritarismo dos reitores. Professores das redes municipais e estaduais de vários estados também se colocaram em greve, a exemplo dos municipais de São Paulo e Minas Gerais.

A greve dos trabalhadores dos Correios contra a privatização e demissão em massa nesse ano só não ganhou maior amplitude devido à política das direções de submissão à decisão punitiva do Tribunal Superior do Trabalho. Para isso, tem contribuído as direções das centrais sindicais que mantiveram os trabalhadores dos correios isolados e não se colocaram para uma resposta à quebra dos Correios, defendendo o seu controle operário e a eliminação de todas as dívidas, que devem ser arcadas pelos capitalistas que se valem da dívida pública e parasitam o orçamento da União.

Conclusão

Esse breve relato aponta que a luta de classes avança. Os trabalhadores exigem reajustes salariais diante da elevação do custo de vida e da perda do poder de compra dos salários, o fim das contrarreformas que arrancam conquistas históricas da classe operária e dos demais trabalhadores e a anulação da política de cortes de recursos de áreas vitais, como saúde e educação públicas. Fazem parte dessa rejeição da política governamental, as manifestações contra a política dos Estados Unidos e Israel no Oriente Médio, contra a guerra dos Estados Unidos e aliados na Ucrânia, contra o intervencionismo na Venezuela e Cuba e contra os tarifas.

No entanto, os explorados ainda não puderam contar com o fortalecimento dos partidos revolucionários. Prevalece a crise mundial de direção. Está aí por que é preciso impulsionar os movimentos anti-imperialistas e anticapitalistas. Trabalhar para que as centrais, sindicatos e movimento se coloquem pela constituição da frente única anti-imperialista sob o programa próprio de reivindicações dos trabalhadores e sob a estratégia da revolução social. Essa é a tarefa que cabe assumir a vanguarda com consciência de classe. É com essa política que o CERQUI e suas seções atuam junto às greves, manifestações e protestos.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Bolívia

O NOVO GOVERNO FANTOCHE DO IMPERIALISMO ESTÁ AFUNDANDO

(Extraído do Jornal Masas boliviano No 2884)

Certamente nem o bestial presidente Trump, nem a CIA, nem todo o aparato do governo dos EUA imaginaram a popular rebelião indígena-camponesa e operária que liquidou politicamente, em apenas seis meses, o governo de seus novos capangas, Rodrigo Paz-Edman Lara; membro nada menos do que de seu “Escudo das Américas”.

O bloqueio radical das estradas – um método de luta particularmente camponês – paralisou toda a economia do país, dando um golpe muito duro à oligarquia proprietária de terras e a todos os exportadores ao fechar o acesso aos portos de exportação.

O comércio interno também está paralisado: milhares de caminhões com mercadorias e combustível estão parados nas estradas há um mês; a sede do governo está completamente cercada, desabastecida de alimentos e combustível.

O governo, encurralado pela teimosa e irreduzível insurgência camponesa que exige a renúncia do presidente Paz, não consegue encontrar uma solução; os discursos ameaçadores do presidente Paz alertando os bloqueadores para voltarem à razão, porque “o tempo está acabando” e, se persistirem, terão que lidar com ele, estão mudando de tom, adquirindo tons de súplica após seu fracassado “Corredor Humanitário” que acabou fazendo as forças repressivas da Polícia fugirem.

Os Comitês Cívicos departamentais comandados pelo Comitê Cívico de Santa Cruz, que reúnem a burguesia e as camadas superiores da pequena burguesia, exigem do governo uma “mão firme”, sedenta de sangue para ensinar uma lição a “esses índios vândalos” e a única coisa que conseguem é enfurecê-los mais, cansados de tolerar por séculos a opressão, o desprezo e os insultos da burguesia brancoide. Diante da inação do governo, se distanciam e retiram seu apoio. Por oposição, acabam concordando com os bloqueadores, sem dizer explicitamente que já é um governo inútil, que deveria se afastar.

Os sitiados em La Paz, desesperados pela situação insuportável de escassez, reagem em vez de enfrentar os bloqueadores – como o governo esperaria –, também contra o governo, culpando-o por ser a causa do problema e incapaz de resolvê-lo; os transportadores, parados por semanas em grandes filas para abastecer, recorrem ao modo de protesto de bloqueio das ruas da cidade.

Qualquer que seja o desenlace desse processo insurrecional contra Rodrigo Paz, seu governo está morto.

MAIS UM GOVERNO BURGUEZ QUE FRACASSA! NÃO BASTA QUE PAZ SE VÁ! HÁ QUE TIRAR DO PODER A CLASSE DOMINANTE, SERVENTE DO IMPERIALISMO!

A REBELIÃO INDÍGENA CAMPONESA NÃO CONQUISTARÁ SUA AUTODETERMINAÇÃO NACIONAL SE NÃO SE ORIENTAR A SEPULTAR A PROPRIEDADE PRIVADA DOS GRANDES MEIOS DE PRODUÇÃO E O ESTADO BURGUEZ QUE A SUSTENTA

(Extraído do Jornal Masas boliviano No 2884)

Rebeliões camponesas indígenas historicamente foram e são radicais e sacrificadas, são levantes contra séculos de opressão, exploração e marginalização. Na realidade boliviana, as grandes comunidades camponesas do Oeste são quéchuas ou aymaras, são classes-nação compostas por pequenos proprietários de terras, os minifúndios, cada vez menores após três gerações desde a reforma agrária do MNR (1953). Estancaram-se no atraso.

Essa particular característica dos pequenos proprietários, ligados por fortes laços nacionais de organização e disciplina comunitária, lhes permite aplicar métodos de luta contundentes e sustentá-los por muito tempo, como o bloqueio de estradas que paralisa o país. No entanto, a fúria contra os odiados k'ara (os brancos) se esgota na reivindicação intransigente de renúncia do presidente Rodrigo Paz; e não da derrubada da classe dominante.

Essa é a grande limitação desse movimento poderoso ao não colocar claramente: após a renúncia de Rodrigo Paz, o quê? Se não se orientar para adotar uma política revolucionária essencialmente anticapitalista junto com o proletariado, o movimento está condenado a repetir a história das frustrações.

A opressão nacional, no contexto de uma sociedade capitalista em sua fase imperialista, tem como base a sustentação o domínio do capital monopolista financeiro sobre as nações oprimidas do mundo. Os países de capitalismo desenvolvido espremiam as nações de capitalismo atrasado por meio da venda de mercadorias, empréstimos e investimentos.

No caso boliviano, além da subjugação externa pelo imperialismo, há a opressão das nações originárias pela classe dominante brancoide. Despotismo secular que se arrasta desde a colônia es-

panhola, a era republicana da burguesia feudal baseada na exploração do pongo até a atual Bolívia capitalista atrasada.

Desde a incorporação do país ao mercado mundial capitalista, constituiu-se uma raquítica burguesia intermediária que não pode cumprir suas tarefas democráticas burguesas que estão pendentes até hoje, como a industrialização do país e a mecanização da agricultura no ocidente indígena, empurrando-a a se render aos interesses das metrópoles e de suas multinacionais em troca de receber migalhas. É essa classe dominante brancoide vendida que mantém a opressão das nações aymara e quéchua.

A opressão das nações originárias baseia-se na opressão de classe de uma burguesia crioula, servente do imperialismo sobre o proletariado e o conjunto das classes médias das cidades e do campo. Dominação que se manifesta no plano da cultura, da economia como discriminação e racismo.

O Estado burguez, hoje nas mãos dessa minoria branca, é concebido como um instrumento para administrar os interesses das classes dominantes, mas, acima de tudo, para o submetimento de seus escravos. Isso precisa ser varrido por uma verdadeira revolução social e nacional para ser substituída, se assim o desejarem e decidirem, por um Estado próprio das nações originais.

Na Bolívia, como já apontamos, a questão de classe está imbricada com o problema nacional, não estão separadas e menos ainda contrapostas, portanto, a luta de classes supõe a luta pela libertação nacional, tendo como objetivo final a extinção da grande propriedade privada burguesa. Daí a necessidade do movimento camponês indígena convergir, não apenas na luta imediata, mas também na estratégia histórica com a classe operária. Como o

proletariado é a classe revolucionária por excelência, porque é despossuído da propriedade sobre os meios de produção e, portanto, seu instinto comunista está voltado a sepultar a sociedade capitalista.

A “Aliança Operário-Camponesa” corresponde à articulação da luta revolucionária em um país capitalista atrasado com economia unificada, luta pela libertação nacional contra o imperia-

lismo estrangeiro, bem como pela autodeterminação das nações originárias em seu interior.

Definitivamente, a estruturação de seus próprios estados aymara, quéchua e tupiguarani, dentro do quadro desta sociedade capitalista, é impossível. Só será viável se a grande propriedade privada burguesa for destruída.

SOMENTE A REVOLUÇÃO DIRIGIDA POLITICAMENTE PELO PROLETARIADO LIBERTARÁ O MOVIMENTO INDÍGENA-CAMPONÊS

(Extraído do Jornal Masas boliviano No 2884)

A formidável rebelião camponesa indígena que sacode o país arruinou a possibilidade de que o governo da oligarquia burguesa - acidentalmente presidido por Rodrigo Paz (os rebeldes confessam que votaram massivamente na dupla Paz-Lara contra o odiado Tuto Quiroga, acreditando em sua campanha demagógica e que se sentem traídos) - possa aplicar sem muita resistência seu plano governamental radicalmente pró-imperialista de enriquecer ainda mais os ricos, entregar recursos naturais às corporações multinacionais do imperialismo e colocar nas costas dos oprimidos todo o peso do desastre burguês. Isso, independentemente de qual seja o resultado do bloqueio que conseguiu paralisar a economia do país.

Os rebelados se colocaram a meta de conseguir a renúncia de Rodrigo Paz, e que isso é inegociável.

No fundo da rebelião está o problema da opressão nacional, da qual são vitimados pela classe dominante brancoide e racista, particularmente expresso pela oligarquia agroindustrial de Santa Cruz, por meio do Comitê Cívico de Santa Cruz.

As bases mobilizadas expressam o sentimento de autodeterminar-se. Apontam: esta terra é nossa e devemos governá-la, não os k'aras. Como? “Como parlamentares, como ministros, já temos profissionais preparados”, dizem eles. Na argumentação dos dirigentes de por que querem a renúncia do presidente, eles se apresentam como defensores da Constituição e da democracia, acusando o governo, por exemplo, de querer governar com decretos puros sem respeitar o parlamento, repetindo os argumentos legais dos críticos “democráticos”. Coisas assim. Ou seja, não po-

dem sair do marco da ordem institucional burguesa.

“A ausência de uma burguesia revolucionária no país não permitiu que o campesinato abandonasse a servidão e que não viesse a se tornar assalariado agrícola (minoritário, excepcionalmente é o que acontece no Oriente do país): sobrevive apegado ao modo de produção pré-capitalista, especialmente por meio da pequena parcela, é lavrador independente, meeiro ou trabalha em companhia, o que significa que a Bolívia não conseguiu colocar os dois pés no capitalismo”.

“Os oprimidos do campo (as nações nativas) constituem a maioria da população (incluindo a grande migração camponesa para cidades como El Alto, mas que não se desligaram totalmente de sua pequena propriedade agrária), mas têm do passado pré-capitalista e, no presente, defendem seus laços com a pequena parcela”.

“A belicosidade e a persistência na luta fazem do campesinato a força motriz mais importante no processo revolucionário. Sua participação define a luta armada ou sua ausência de todo o processo, condenado antecipadamente à derrota. Pode-se dizer graficamente que o proletariado chegará ao poder nos ombros dos camponeses. No entanto, esses últimos não conseguem se tornar a direção política nem estruturar uma sociedade à sua imagem e semelhança. Sua potência no combate será aproveitada pelo proletariado ou pela burguesia. Se isso não acontecer, por um motivo ou outro, a “revolução camponesa” será diluída na derrota”. ...

“A impossibilidade da vitória independente do campesinato é determinada por suas características de classe e pela particular mecânica de classes que prevalece em nosso tempo.(..)” (G. Lora, A Revolução Índia).



NA ALTIPLANICE BOLIVIANA, FORMA-SE O PACTO DE UNIDADE OPERÁRIO-CAMPONESA - INDÍGENA ORIGINÁRIO

(Extraído do Jornal Masas boliviano No 2884)

Na quarta semana de mobilizações com bloqueios rodoviários realizadas hoje na cidade intermediária de Caracollo, centro nervoso das ligações rodoviárias entre a sede do governo com as cidades de Oruro e Cochabamba e, por sua vez, com o restante do país, mineiros assalariados, camponeses, professoras e mulheres camponesas assinaram um PACTO DE UNIDADE. Este importante encontro reuniu as bases e dirigentes das organizações camponesas das províncias de La Paz, Oruro, Cochabamba, ayllus de Chayanta do norte Potosí, contando também com a participação de professores e transportadores com a direção dos mineiros assalariados de Colquiri que, por meio de seu Comitê de Mobilizações, expressaram a unidade do povo mobilizado nas rodovias e cidades intermediárias do altiplano com setores populares do país.

Os setores sociais representados na estrada altiplânica ataçaram o descontentamento pela falta de resposta às reivindicações dos diferentes setores, o que também favoreceu os interesses corporativos da oligarquia boliviana. *“...Este governo, em nome do Estado Tranca, elimina o imposto sobre grandes fortunas, sobre multinacionais financeiras, sobre jogos de azar, impostos sobre promoções empresariais, e que pretende impor um ajuste brutal aos setores sociais e às famílias mais humildes do povo boliviano, anunciando que no transcurso de cinco anos outro sistema de governo deve ser implementado. Até agora, tal sistema apenas empobreceu o povo boliviano e enriqueceu ainda mais os setores empresariais favorecendo a entrada de investimentos estrangeiros, proporcionando assim liberdade de circulação aos capitais para explorar nossos recursos naturais. Você demonstrou isso através do pacote de 10*

projetos de lei, com os quais seu governo se compromete a entregar nosso país e todos os seus recursos naturais e empresas produtivas estratégicas” e que a Lei 1720 não nasceu das necessidades dos setores indígenas-camponeses, mas sim de seu aliado Branko Marinov, e que, apesar dos povos de Pando e Beni ter dito um retumbante Não às suas políticas ambiciosas e a dos seus sequazes, após a revogação, querendo lavar as mãos do sacrifício de uma grande marcha de nossos irmãos e irmãs firmes na luta e convicção, vocês ainda pretendem sugerir outra Lei para tomar as terras comunitárias...”, denunciam.

Também se expressam afirmando: *“REPUDIAMOS e DENUNCIAMOS ENERGICAMENTE perante a opinião pública boliviana e toda a comunidade internacional contra o governo de Rodrigo Paz e seus Ministros, juntamente com seus carrascos: (repudiamos) deputados e senadores pela revogação da Lei nº 1341, dando Carta Branca para Ditar o Estado de Exceção e, assim, massacrar o povo mobilizado nas estradas e nas cidades, pelo qual responsabilizamos o Governo Nacional e todos os Parlamentares por qualquer outro derramamento de sangue do Povo Boliviano.”*

O Pacto de Unidade declara-se em estado de alerta e mobilização permanente, convocando à unidade as organizações dos nove departamentos, as 36 nações indígenas, para exercer pressão com ações diretas nas estradas e pontos de mobilização em defesa dos direitos sociais e sindicais e dos recursos da terra. Advertem aos representantes das organizações sociais sobre a necessidade de não negociar com o governo, sob a ameaça de sanções em caso de traição ao povo mobilizado.

A DIREITA UNIDA SEDENTA DE SANGUE

(Extraído do Masas boliviano No 2883)

O contundente e irredutível bloqueio indígena de camponeses, migrantes da cidade de El Alto, das encostas e comunidades ao redor da cidade de La Paz, e que já se estende às comunidades camponesas do altiplano e vales, paralisou totalmente o país, com o único objetivo de alcançar a renúncia do presidente.

Desesperada, a burguesia, junto às camadas superiores da pequena burguesia, exige que o governo tenha “mão de ferro” contra os mobilizados; a decretação de um Estado de Exceção sem restrições legais, que permite às forças repressivas do Estado burguês dar uma lição aos insurgentes e impor ordem social com sangue e fogo, sem piedade, em nome da defesa da “democracia”. Com esse propósito, o Senado aprovou a revogação da Lei 1341, que impõe restrições à decretação do Estado de Exceção. Essa revogação, já ra-

tificada pela Câmara dos Deputados, deixa o governo com as mãos livres para levantar os bloqueios sangrentamente, se necessário.

O Comitê Cívico de Santa Cruz, instrumento do agronegócio latifundiário do Oriente, que controla o governo de Rodrigo Paz, por sua vez, alerta o governo para levantar os bloqueios ou eles, junto com suas hostes fascistas, o farão.

O ex-capitão dos gorilas Manfred Reyes Villa, atual prefeito de Cochabamba e milionário empresário imobiliário, ou seja, traficante de terras urbanas, apontou que o governo já deveria ter **colocado as COISAS EM ORDEM**, o que significa: **OS QUE ESTÃO NO TOPO FICAM MAIS RICOS E OS QUE ESTÃO NA BASE FICAM MAIS POBRES, CARREGANDO O PESO DA DEBACLE BURGUESA.**

DEPENAR O FRANGO!

(Extraído do Masas boliviano No 2883)

Em apenas seis meses, o governo burguês oligárquico colapso politicamente.

O contundente bloqueio camponês que sitiou a sede do governo e paralisou a economia do país está se espalhando para as comunidades do altiplano e vales.

Mobilizações gigantescas de camponeses da Federação Única dos Trabalhadores Camponeses Tupac Katari (FUTCTK) de La Paz, juntamente com mineiros, operários de fábrica, professores, ocupam a sede do governo, enfrentando a polícia com a consigna intransigente de renúncia do presidente Rodrigo Paz (o frango incapaz).

O objetivo do movimento indígena-camponês é limitado porque não possui uma direção política clara, revolucionária. A estratégia proletária do governo operário-camponês está ausente. É

uma explosão de fúria contra a centenária opressão nacional da burguesia brancoide. Fúria que se abate contra o governo da odiada oligarquia burguesa opressora, racista, e sua política pró-imperialista, esfomeadora, antinacional, antioperária e entreguista. E que se concretiza na figura do estúpido presidente Paz.

O governo fracassou nas suas tentativas de encontrar uma solução para o impasse por meio do diálogo. Ninguém acredita mais nele. O corredor humanitário que quis abrir com a polícia e soldados com bandeiras brancas da paz fracassou estrepitosamente.

Foram emboscados pelos camponeses e tiveram de fugir.

A própria população, atingida pela escassez de alimentos e combustível em La Paz e El Alto, longe de se voltar contra os bloqueadores como o governo esperava, culpa o governo como causa

da situação desesperadora.

Diante da ameaça de repressão violenta sob um Estado de Exceção, exigido pela burguesia e pela alta classe média, as bartolinas (Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia “Bartolina Sisa”) responderam que sairão com

seus filhos dispostas a morrer.

Poderia se repetir a experiência de 2003, na qual a repressão com os militares, longe de intimidar os mobilizados, intensificou a luta e o gringo Sánchez de Lozada teve de renunciar e fugir do país.

FORA ESTE GOVERNO E TODA A CLASSE DOMINANTE ENTREGUISTA E CORRUPTA! GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS-CLASSES MÉDIAS EMPOBRECIDAS “ASSEMBLEIA POPULAR” PARA NOS GOVERNAR

(Extraído do Jornal Masas boliviano No 2884)

Facções da própria burguesia se distanciam do governo e retiraram seu apoio: o fascista Agustín Zambrana, vice-presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz, admite que “O governo passou do choque ao coma político”, que “Não somos seus apoiadores, não vamos encobrir sua inação nem ser cúmplices de sua falta de decisões”, demonstrando que o setor agroindustrial já não considera isso uma garantia de estabilidade política e social, retirando seu apoio incondicional como fazia semanas atrás. O deputado Carlos Alarcón, um radical de direita, criador de uma Lei Anti-bloqueio com penas de prisão de até trinta anos para os instigadores, agora, derrotado pela firmeza da medida que deseja penalizar, em nome da direita de La Paz, propõe a realização imediata de um “referendo extraordinário de revogação”, no sentido de “que a autoridade que foi colocada pelo voto só seja removida do cargo por voto.” A situação nas cidades de La Paz e El Alto está saindo do controle. O pãozinho cotidiano desapareceu, bloqueios nas linhas das bombas, a escassez de alimentos se aprofunda e os preços dos alimentos triplicaram, causando angústia e ansiedade, o que está levando pessoas dos setores populares a se juntarem ao pedido pela renúncia do presidente.

Em seu discurso de 1º de junho, Rodrigo Paz se apresenta abatido, desanimado, com um tom de súplica aos bloqueadores para que recapacitem. O governo de Rodrigo Paz cambaleia e pende por um fio, seu governo já foi derrotado, tudo o que ele precisa fazer é jogar a toalha ou tentar afogar a rebelião popular em sangue.

Também está mortalmente ferido, derrotado nas ruas e estradas do projeto, a pretensão de implementar sua política neoliberal na Bolívia. Um propósito tão desejado por empresários e pelo imperialismo dos EUA. Para o governo, se escapa desta, ou o próximo, será quase impossível aplicar leis e políticas econômicas de livre mercado. As grandes maiores estão convencidas de que não querem que o país seja vendido. Os recursos naturais são alienados aos investidores estrangeiros, elas não querem saber sobre um governo que governa apenas para os ricos e não permitirão que suas principais empresas produtivas e de serviços estatais sejam privatizadas. Além disso, começam a questionar o controle que o setor privado nacional e estrangeiro tem sobre o setor produtivo nacional, que monopoliza

ouro, minerais, soja, carne, gás, lítio e o setor financeiro bancário nacional.

O que o país está vivenciando é produto do aprofundamento da crise política da classe dominante e de seu sistema democrático burguês de 44 anos de vida. As massas já passaram pela experiência desastrosa do ciclo de governos neoliberais das décadas de 1980 e 1990, assim como a frustração dos governos reformistas pró-burgueses do MAS nas últimas duas décadas, o que empurra o movimento operário e as nações oprimidas a se rebelarem e insurrecionarem buscando novas alternativas políticas para o governo e a sociedade.

Esta polarização da luta de classes na Bolívia, que por sua vez implica o perigo do surgimento e fortalecimento de posições fascistas, parece anunciar o ingresso num período de convulsão social como prelúdio de grandes transformações políticas futuras. Algo parecido com o “sexênio rosquero” antes da revolução de 52, ou com os anos convulsos antes da Assembleia Popular de 1971.

A luta continua e se aprofunda, orientada para a tomada do poder pelos explorados, a consumação de uma verdadeira revolução social, para a estruturação de uma sociedade socialista na Bolívia e no mundo. A grande limitação do atual processo revolucionário é a alarmante despolitização do movimento mineiro e fabril, o que força os revolucionários a trabalhar para que o proletariado possa redescobrir sua identidade de classe, sua rica ideologia revolucionária e sua tradição de organização e luta, e assim, elevar-se à altura de dirigir politicamente a rebelião de toda a nação oprimida.



MESA DE DEBATES APRESENTA: DISCUSSÃO COM ARIEL DO POR BOLIVIANO

3 de junho

Sejam bem-vindos à Mesa de Debates, sou Guilherme. Vamos dar sequência à nossa programação da semana com uma live, agora internacional. Estou com Ariel Roman, do POR boliviano. Vamos falar sobre o que está acontecendo na Bolívia. Sobre as manifestações, as mobilizações do povo boliviano e as lições que se pode extrair. POR boliviano é uma corrente irmã do POR brasileiro, cujos camaradas participaram várias vezes no canal Mesa de Debate. Queremos saber como estão enxergando esse processo. Mas, antes disso, Ariel, prazer em recebê-lo. Por favor, fale um pouco quem é você.

Ariel Roman: Começo com a questão: quais são os novos elementos que há na situação política do país? O governo enviou um projeto de lei para regulamentar o eventual uso de um Estado de exceção, procurando colocar os limites e as atribuições da intervenção das Forças Armadas contra os que já mais de 107 a 120 piquetes de bloqueio em todo o país. Até a semana passada, a mobilização se concentrava principalmente na região do altiplano, em La Paz. Mas, durante esta última semana, o bloqueio se generalizou até o ponto em que somente dois departamentos, Tarija e Beni, não ocorrem bloqueios. No resto do país, se registram entre 10, 16, 15 pontos de bloqueio camponês.

Agora, o governo está em uma situação muito complicada. O ampliado do domingo passado da Central Obrera Boliviana rejeitou qualquer diálogo e a única coisa que exige é a renúncia do presidente Paz. O governo está diante da disjuntiva: ou esmaga a mobilização com uma enorme ação repressiva que implicaria um massacre, com mortos, feridos, ensanguentando as estradas, ou o presidente renuncia. Porque a via de um acordo que possa arrefecer a situação do país a partir de certas concessões é uma possibilidade que se fechou. Há uma profunda desconfiança, ninguém acredita na palavra do governo e a decepção, principalmente no movimento camponês devido às promessas descumpridas é muito profunda.

Mas há um fundo do conflito muito mais importante: tudo o que se diz desde as bases mobilizadas é que ninguém está disposto a aceitar que o governo aplique o plano pró-imperialista que, essencialmente, pretende favorecer os grandes capitalistas, dando-lhes todas as vantagens, e obviamente descarregar o peso da crise sobre os trabalhadores. Isso já aconteceu com o gasolinaço, com o Decreto 5503, que foi revogado em boa parte, mas o governo conseguiu preservar a ideia de que se devia levantar a subvenção aos carburantes. E o impacto disso foi devastador, principalmente no campo, com o encarecimento do custo de vida, com a subida dos preços dos artigos da cesta básica familiar. Obviamente, essa é a situação subjacente à mobilização. Ninguém está disposto a aceitar que o governo persista nessa orientação, que não se trata de uma orientação desse governo, mas da continuidade e aprofundamento do que já estava fazendo o governo de Arce Catacora e, antes dele, o governo de Evo Morales.

Ou seja, uma orientação que busca privilegiar os interesses da burguesia agroindustrial, do grande capital nacional e estrangeiro, enquanto se aplicam medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais. Isso já fez Arce Catacora, isso fez Morales, e Rodrigo Paz, o único que fez foi aprofundar essa orientação, e obviamente chocou-se com o povo boliviano, que não está disposto a aceitar que esse ataque continue. Então a situação para o governo é bastante crítica. Ou a mobilização se afoga em sangue, ou Rodrigo Paz renúncia.

Mais ou menos esse é o cenário no qual estamos nos movendo.

Guilherme: Ariel, aqui no Brasil existe uma concepção de alguns setores de que iremos derrotar a extrema direita, que aqui no Brasil é capitaneada pela família Bolsonaro, mas na Bolívia através da figura do Rodrigo Paz, por meio das eleições. Qual é a lição que o povo boliviano deixa para alguns setores da esquerda que têm

ilusão no processo eleitoral?

Ariel Roman: O mais provável é que uma eventual saída à crise atual vai dar-se pela via burguesa, democrática e eleitoral. A limitação desta mobilização, desde o início, foi o fato de que o movimento operário, sob a Central Operária da Bolívia (COB), não formulou uma estratégia própria, independente e oposta à estratégia eleitoral, democratizante e burguesa. A pergunta é se Rodrigo Paz renunciar quem vai ocupar o seu lugar? É em a essa pergunta que não há uma resposta clara e contundente do movimento operário.

Não é que a resposta esteja ausente. Nas bases, há a ideia de que é necessário nacionalizar o ouro e a agroindústria, porque estes são os interesses que estão empurrando o governo para a política antinacional. Nesse mesmo sentido, coloca-se a necessidade de avançar para controlar do dólar e das exportações, para que o Estado não fique sem dólares e não aconteça o que acontece agora com os exportadores depositando seus dólares nos bancos estrangeiros e nos paraísos fiscais.

Então, essa ideia está nas bases da mobilização, mas não alcança a força suficiente para impor à burocracia sindical essa orientação. Também está presente a ideia de que o parlamento e os mecanismos da democracia formal burguesa, as eleições, não são uma solução.

Não devemos perder de vista um detalhe muito importante. O governo do MAS implicou uma grande frustração. Uma caricatura de governo de esquerda que, na verdade, aplicava a política pró-burguesa. O benefício mais importante do último período para a burguesia agroindustrial foi possibilitado pelo ex-presidente Evo Morales. Com seus famosos decretos, chamados de decretos incendiários, Evo Morales entregou a Chiquitania à burguesia agroindustrial. Favoreceu os empresários mineiros, disfarçados de cooperativistas, para que pudessem exportar ouro pagando 4,8% de impostos, que nem recolhiam e que a maior parte era transferida pela via do contrabando.

Então, há a frustração de um governo que supostamente seria a expressão dos trabalhadores, que, na prática, desenvolveu uma política antinacional, antioperária, antipopular. Tudo ainda está fresco na memória da maioria oprimida. Eis por que suposição de que atrás da mobilização atual esteja o evismo, é, na verdade, um fantasma, que foi agigantado pelo atual governo. Rodrigo está interessado em apresentar Evo como um fantasma que controla tudo, e atrás dele, supostamente, estaria o narcotráfico. Por quê? Porque, obviamente, assim pode justificar sua política antioperária e pró-imperialista, e justificar o que pretenderá fazer no futuro, caso recorra ao Estado de exceção.

Esta é a limitação atual da mobilização. A ausência desta estratégia formulada com nitidez como uma expressão dos objetivos da classe operária: colocar em pé seu próprio governo, reeditando a experiência da Assembleia Popular em 1971, é precisamente o que abre a possibilidade de que termine por se impor alguma saída burguesa, democratizante, eleitoral, se não for por essa via, será pela do afogamento em sangue da mobilização. Acho que essa é a situação em que nos encontramos.

Guilherme: Ariel, então dá para afirmar que existe na Bolívia hoje uma crise de direção?

Ariel Roman: Sim, eu acho que sim. Na verdade, estamos falando da insuficiência no processo de recuperação da independência política do proletariado. Não devemos perder de vista o fato de que a ilusão que despertou o governo de Evo Morales trouxe consigo um processo de profunda estatização dos sindicatos. O anterior presidente da Central Operária Boliviana, o Guarachi, formava parte da CONALCAM, um Conselho Nacional de Mudança, que foi um espaço criado pelo governo de Evo Morales para controlar

o movimento operário-camponês do país, através do controle de seus dirigentes. Desenvolveu-se uma ampla política de prebendas, clientelismo, para comprar consciências e assegurar a subordinação da direção operária e camponesa ao governo. Essa é experiência negativa que se traduziu na perda da independência política do movimento operário, da independência política e sindical, o que custou caro ao movimento operário.

Na verdade, no último período, já havia uma condenação muito forte nas bases operárias e camponesas da total submissão dos dirigentes diante das medidas anti-operárias e à política do governo de Arce Catacora e do MAS. Então esse processo de ruptura avançou e se aprofundou de forma muito nítida na luta contra esse novo governo, contra o decreto 5503, que pretendeu aplicar o reajuste econômico neoliberal e que foi derrotado.

Mas não chega a recuperar essa independência, a retomar as bandeiras da linha política revolucionária tradicional do Movimento Obrero Boliviano, que está marcada pelas Teses de Pulacayo. Por isso, é que não levantam a bandeira da nacionalização do ouro. É por isso que não levantam a bandeira de nacionalização dos bancos e da agroindústria. Não o defendem, mas dizem por baixo que estão de acordo etc. Essas tarefas não estão no centro de suas demandas, não são questões essenciais. Muito menos ainda a formulação de que é necessário colocar em pé um governo próprio, contraposto à farsa eleitoral, que os bolivianos sabem, por experiência, que só conduz a mais do mesmo no campo da política burguesa, à mudança de um político por outro, que estará a serviço da burguesia e do imperialismo e que o povo vai continuar pagando os pratos quebrados.

Então, nesse processo se expressa a crise de direção. O proletariado não está politicamente à cabeça, se bem há a aliança operário-camponesa, que se deu nas ruas, nas estradas e nas ações massivas. Os mineiros se juntaram, as fábricas se juntaram. Se bem isso ocorra, o problema é que a orientação não é definida. A direção não diz com nitidez para onde estamos indo. Diz que se vá Rodrigo Paz. Mas não diz quem virá. Obviamente, sobra a saída democratizante, novas eleições. Mas apoiar quem? Todas essas perguntas não foram respondidas pela direção.

Não é que a resposta esteja ausente no interior do movimento Não! Há a resposta do POR. Em alguns setores tem encontrado apoio, como a COB de Chuquisaca que em seu último Congresso aprovou, o mesmo é o caso da COB de La Paz, ou do Magistério, que aprovaram a orientação porista, mas não alcançou uma projeção suficiente. No Congresso Mineiro, se aprovou uma tese ambígua, em que fala sobre que a possibilidade de tomar o poder pelo proletariado pode ser por duas vias, a via eleitoral ou a via insurrecional, ou seja, em poucas palavras, dá-se margem à credibilidade no espaço eleitoral. Há quem pensa na fórmula de uma candidatura, que viria da constituição de um PT (Partido dos Trabalhadores). Por exemplo, é o que pretende fazer a burocracia aqui, ou qualquer outra coisa do tipo. Ou seja, ainda não se cegou fazer o reencontro pleno, claro, nítido, com a tradição revolucionária, que vem marcada desde as Teses de Pulacayo. Essa é a limitação.

Nisso consiste a crise de direção, neste momento.

Guilherme: Sim, perfeito. Fale um pouco mais sobre a COB, a central sindical boliviana.

Ariel Roman: A central boliviana nasceu em 1952, no calor da Revolução Nacional. Nasceu como um órgão de poder. Na realidade, em torno do eixo do proletariado mineiro, que procurava realizar as consignas das Teses de Pulacayo. Essa foi a sua referência, em substituição à central que foi organizada pelo governo anterior. Assim, a COB, que nasceu sob a influência dos mineiros como seu pilar, terminou aglutinando toda a nação oprimida. Os carabineiros eram parte da central operária, os contrabandistas que tinham sindicatos de comerciantes na fronteira eram parte da central operária, ou seja, nasceu como um órgão de poder. Mas o controle que o MNR conseguiu impor através do lechinismo, empurrou-a para a burocratização.

Hoje, a COB não é nem sombra do que foi quando nasceu.

Hoje, tornou-se uma organização muito fortemente controlada por uma estrutura burocrática. Sua tradição histórica do movimento operário, porém, faz com que a burocracia seja obrigada a radicalizar-se quando as bases se tensionam. Isso porque continua marcada profundamente por essa tradição revolucionária, ou seja, pelo sindicalismo baseado na ação direta. Aqui, a assembleia manda e o dirigente aceita, e se o dirigente não quer aceitar, então é mudado. Essa tradição está muito forte nos sindicatos operários e camponeses. Mesmo no movimento estudantil também está presente essa tradição. Mas isso não impede que os dirigentes sejam manhosos, sejam indivíduos que aprendem a se mover para tentar camuflar o seu servilismo atrás de um discurso radical. Quando as bases estão tensas, os dirigentes falam de revolução. Então, esta forma de uma COB burocratizada converte-se uma consigna, que eu li aí de algumas publicações no exterior, que diz que deveria se defender um governo da COB.

Não, não, não. Não se pode defender isso, porque isso seria um governo que vai ser um governo burguês, porque a COB está muito longe de ser uma organização, um órgão de poder da classe operária. Na realidade, a mesma experiência dos trabalhadores não os leva a defender nem a aceitar essa ideia. Ao contrário, a ideia que prospera nas bases é a da Assembleia Popular, a ideia de retomar a criação do seu próprio órgão de poder, como foi o de 1970.

Esta ideia é que ronda como uma sombra, lá embaixo, nas bases. Precisamos da nossa Assembleia, dizem, como algo independente da COB, como órgão de poder.

Então, essa é a limitação na conjuntura atual, essa formulação estratégica de um órgão de poder operário que saia de baixo, imposto pelas bases, essa é a limitação atual, essa formulação, mesmo que esteja presente, não foi ainda assumida como algo que pode tornar-se realidade imediatamente. Talvez este exemplo ajude a entender melhor.

Em 1970, quando se criou a Assembleia Popular, saímos do esgotamento do MNR no poder. O ciclo nacionalista do MNR se esgotou e se abriu um período de grande instabilidade política no país, de 1968 a 1971. Caíam os governos um após o outro, duravam três, quatro, cinco, seis meses, e caíam os governos por um golpe, por eclosão social, por diferentes motivos, porque estava esgotada a resposta nacionalista burguesa. O povo, as massas, e particularmente o proletariado mineiro, procuravam uma saída para a crise diferente. Por isso é que apareceu a ideia de que era possível colocar em pé um governo próprio, e para isso se convocou a Assembleia Popular. Que tinha maioria proletária.

A Assembleia Popular se estruturou tendo como referência a organização da COB. A COB é uma organização onde a maioria é operária, 50% mais 1% dos votos são do proletariado. Mineiros, fabris, construtores, petroleiros, todo o proletariado, têm 50% mais 1%. E 49% é das classes médias e dos outros setores, incluindo os camponeses. Então, com essa estrutura vai nascer a Assembleia Popular, e vai adquirir esse contorno de órgão de poder operário, e vai se colocar a tarefa de avançar na tomada do poder. Essa via da luta de classes não se aprofundou porque sobreveio o golpe preventivo de Banzer. O reacionário Banzer, como parte do Plano Condor, montado pelos Estados Unidos, executou o golpe de Estado para esmagar fisicamente a Assembleia Popular. Essa foi a saída daquela conjuntura. Mas, em todo caso, essa experiência está enraizada bem fundo, mantém-se na base e tende a emergir quando a luta de classes se radicaliza.

Ainda não alcançou, neste momento, força capaz de tornar realizável, imediatamente, a Assembleia Popular. É por isso que não se formula com nitidez. (...) Mesmo o cabildo aberto, que a COB convocou no 1º de maio, quando decretou a greve geral por tempo indeterminado, aprovou a ideia da Assembleia Popular. Temos ir à Assembleia Popular, mas parou por aí como declaração lírica, porque não se fez nada efetivo para colocar em pé um órgão de poder,

sendo que estão dadas as condições para isso.

As mobilizações camponesas têm uma característica. O sindicato camponês, na verdade, não é propriamente sindicato, porque não há relação operário-patronal. O sindicato camponês na Bolívia é mais um órgão de poder que outra coisa. Porque agrupa toda a população da região, homens, mulheres, crianças, todos participam do sindicato camponês, e quando a mobilização está tensa, como agora, é o espaço da democracia direta.

Como dizia um dirigente camponês, nós escolhemos os dirigentes segundo seus méritos perante a comunidade, não por seu partido político. E se não cumprem, os mudamos. Essa ideia está aí. Mas toda essa tradição, que sente a possibilidade de avançar nessa perspectiva, não alcança a força de se tornar um referente estratégico da ação política que obrigue e que marque o rumo da burocracia sindical. Essa é a limitação. Então, a COB tem essa limitação. É uma estrutura muito burocratizada, que não consegue englobar a grande massa do país. É interessante, precisamente, por essa debilidade. O último ampliado da convocatória que lançou o Comitê Executivo não só convocou as organizações filiadas, mas também convocou as não-filiadas, porque obviamente a COB percebe a debilidade derivada desse processo de burocratização que deixou fora muitos setores. Os transportistas já não estão, os professores universitários já não estão, e assim muitos setores ficaram de fora. Precisamente por essa lógica de burocratização que avançou, e que foi o MNR interessado em impulsioná-la, e que agora está em crise.

Agora está colocada a necessidade de criar um organismo mais amplo, mas até agora não alcança uma formulação clara. Essa é mais ou menos a situação.

Guilherme: Uma pergunta, o que é uma Assembleia Popular? Seria uma Assembleia para debater uma nova constituinte para o país da Bolívia?

Ariel Roman: Na experiência histórica, a Assembleia Popular nasceu como um órgão de poder operário. Como comentava, no cenário da crise política de finais da década de 1960 e início de 1970, a raiz da necessidade de dar uma resposta ao esgotamento do nacionalismo no poder. É a COB que convoca e organiza um comando político. E este comando político, onde participou o Partido Operário Revolucionário, estava Guillermo Lora do POR e outros partidos mais, decidiu convocar a Assembleia Popular para definir a tomada do poder, para avançar na tomada do poder.

E como se estruturou essa Assembleia Popular? Tendo maioria proletária, seguindo a estrutura da COB, 50% mais um dos votos na Assembleia Popular eram do proletariado. Mineiros, fabris, petroleiros, tinham metade mais um dos votos. 49% Eram as classes médias e os camponeses. Era um órgão de poder operário. Como diziam os analistas, foi o primeiro soviete latino-americano, o primeiro órgão de poder operário, que se propôs a colocar em pé seu próprio governo. Por isso, a consigna principal do cartaz desenhado por Miguel Alandía Pantoja - um muralista, militante do POR, o muralista mais importante na história da Bolívia - dizia "Assembleia Popular, Órgão do Poder Operário, Caminho ao Socialismo".

Esta é a ideia. O que planejou o primeiro período de sessões, o único que houve, da Assembleia Popular? Planificou o controle das minas, a cogestão majoritária da Comibol, que implicava que os mineiros tomassem o controle das minas e, a partir daí, se projetassem ao controle da economia nacional. Estava se planejando o controle de toda a economia e, obviamente, a tomada do poder, compreendendo que havia que se preparar diante da ameaça golpista. Mas, não pôde avançar. Porque havia vários fatores que condicionavam a maturidade do período. Para começar, um problema fundamental não estava resolvido, que era o problema do armamento das massas. Havia fratura no exército. Havia o comandante do Regimento Colorados, que foi se colocar a serviço da Assembleia Popular, para enfrentar o golpe de Banzer. Mas isso era uma situação embrionária. O movimento camponês ainda estava fraturado. Uma parte continuava controlada pelo Pacto Militar Camponês. A outra avançava na independência política para se

estruturar em torno da Central Operária Boliviana. Essas eram as limitações naquele momento.

A Assembleia Popular teve essa fisionomia. Foi um órgão de poder operário. Foi o primeiro soviete latino-americano.

Guilherme: Uma última pergunta para encerrarmos a entrevista. Quais são as forças hoje na Bolívia, que são revolucionárias, que pregam a independência da classe trabalhadora, a revolução? Como são as forças? Quem são as forças?

Ariel Roman: Neste momento, a principal força na mobilização é o movimento camponês. O proletariado se incorporou, mas de uma forma parcial, não de uma forma plena. O movimento fabril se incorporou com suas camadas avançadas, mas as fábricas não pararam. Há muito receio. Com o pretexto dos bloqueios, os empresários querem fechar fábricas, como está acontecendo. Várias fábricas decretaram férias coletivas, argumentando a falta de matéria-prima.

Essa é uma limitação na sua incorporação. As minas estatais se juntaram, com bastante contundência, Huanuni e Colquiri, mas a principal limitação dessa incorporação é a que havia explicado anteriormente. Não é uma incorporação levantando uma política própria que formule a estratégia de colocar em marcha seu próprio governo e, além disso, o plano econômico alternativo que permite encaminhar uma solução à crise. Isso é o que está ausente, é a debilidade.

Depois está o magistério, estão os professores. Têm sido uma força muito importante. O governo se esforçou para que o magistério fosse desmobilizado. Para isso, o apoio da burocracia da Confederação foi conseguido. Firmou um pacto aceitando um bônus de 2.400 bolivianos em substituição à reivindicação de aumento salarial. Isso criou muito mal-estar na base do magistério, porque para todos era evidente que as condições para arrancar o aumento salarial eram imensas. Há uma grande mobilização e o governo está contra a parede. Isso trouxe uma fratura no magistério, uma parte, principalmente de La Paz e Sucre, se incorporou e se mantém na mobilização, apoiando os operários. Mas no resto do país, afrouxou. Por isso, a principal força que sustenta a mobilização agora são os camponeses, com o seu bloqueio, o bloqueio camponês. Também estão os bairros das zonas periféricas da cidade. Na quinta-feira, saiu uma enorme marcha do distrito Nove de Cochabamba exigindo a renúncia de Paz. No alto, também, as Juntas Vicinais fizeram um cabildo, convocando todas as Juntas Vicinais, e ratificaram nesse cabildo a exigência da renúncia da Paz.

Mas sobre a massa urbana há uma pressão muito forte, derivada do desespero, porque os alimentos estão escasseando ou são caríssimos. Em La Paz não há carne. Em La Paz, o ovo custa dois bolivianos e cinquenta centavos, quando normalmente esse produto custaria 70 centavos. Então, essa é a situação. No caso de Cochabamba, também está começando a escassear a carne, está começando a escassear as frutas, a verdura, e isso pressiona fortemente sobre a classe média que se desespera. Essa classe média, que é o suporte da ideia racista, que serve ao governo ainda de pilar de ação, diz: "meta bala, matem índios, essa é a saída, aqui não podemos permitir que esses tipos imponham seus caprichos". A ideia desse setor da classe média é a que ainda dá oxigênio ao governo, e sobre essa base é que o governo pode planejar a possibilidade de um Estado de exceção. Mas essa mesma classe média começa a condenar a incapacidade do governo de poder afogar a mobilização em base à repressão. Este governo é inútil, não serve como governo, não pode fazer isso, e começam a dizer "melhor que se vá". Tanto é assim que o Comitê Cívico de Santa Cruz disse: se você não vai decretar Estado de sítio, tem de ir embora. Disseram a Rodrigo Paz. O mesmo foi dito pela Corporação Agropecuária do Oriente, os empresários agroindustriais. Ao verem a inoperância, dizem, talvez é melhor que dê um passo para o lado. Alguns de seus expoentes já lançaram a ideia de que se faça um referendun revocatório. Para que se decida sobre o destino do presidente e do vice-presidente. Essa ideia está em circulação, foi proposta ao Parlamento, veremos o que acontece. Em contraposição a tudo isso, o governo enviou o projeto de lei para regulamentar o Estado de exceção.

(...)

Guilherme: Perfeito, estamos encerrando mais uma entrevista do Canal Mesa de Debates. Passo a palavra para que faça as últimas considerações

Ariel Roman: Sim, eu acho que a principal conclusão é a seguinte. Estamos entrando em um período de instabilidade política crônica na Bolívia.

Por quê? Porque a política que serviu como orientação essencial para a gestão do Estado e da economia, baseada em privilegiar os interesses do grande capital nacional estrangeiro à custa do empobrecimento do país, a política neoliberal, se tornou inviável. Os explorados não estão dispostos a aceitar que isso se aplique. Isso me parece importante porque marca uma diferença com a Argentina, por exemplo, onde Milei ainda conta com capital político e está há dois anos esfomeando o povo argentino. Aqui não vão aceitar isso. E claro, a tragédia é que, desde a burguesia, não aparece um plano alternativo que não seja a aplicação dessa política neoliberal, antinacional. Por isso é que é um período de instabilidade política que se abre à frente, porque tampouco se afirma a resposta operária, (...). Claro que as condições para que isso avance estão aí também, mas, enquanto não ocorra, estamos entrando nesse período

de instabilidade.

Mesmo supondo que o governo pudesse aplicar um Estado de exceção e se impor em base à repressão, isso vai ter pernas curtas. O governo tem muito medo de que uma ação repressiva possa ser como jogar gasolina no fogo, incendiar ainda mais a convulsão, porque isso pode acontecer.

É nessa situação que estamos. É necessário que o proletariado, e obviamente o POR, tem um grande papel nesse processo em curso. É preciso que a classe operária retome as bandeiras revolucionárias tradicionais. E coloque esta perspectiva: pôr em pé seu próprio governo, em base à necessidade de nacionalizar a economia, o ouro, a agroindústria etc., de estabelecer o monopólio do comércio exterior, ou seja, todo um programa que implique essas tarefas históricas. Em outras palavras, uma resposta à crise desde a perspectiva dos interesses do proletariado e da nação oprimida, em contraposição à política burguesa pro-imperialista que se vem aplicando. Essa é a questão essencial da situação convulsiva.

Pode-se avançar por aí? Pelo menos nós vamos fazer todo o nosso empenho para que a luta de classes avance por esse caminho.

Esperemos que assim seja.

ATO NA PRAÇA DA REPÚBLICA

No dia 3 de junho, ocorreu o ato em apoio à luta dos camponeses, indígenas e trabalhadores em geral, convocado pelo Comitê de Solidariedade ao povo boliviano. No ato, ocorreram várias intervenções. O POR participou distribuindo a Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), com a divulgação de publicações do partido e com a fala que reproduzimos abaixo

Pronunciamento do POR

Boa noite, companheiros e companheiras. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), do qual o POR da Bolívia também faz parte.

Minha fala vem no sentido de todo apoio à luta do povo boliviano, que reúne os camponeses, os mineiros, os indígenas e os operários em geral.

É uma luta histórica, como a companheira disse, porque esses trabalhadores, essa população oprimida já esteve nas ruas, já protagonizou a Revolução de 1952. Essa mesma população oprimida criou a Assembleia Popular de 1971. Em 2003, derrubou o governo pró-imperialista de Sanchez de Losada. Portanto, tem uma tradição histórica no país andino.

E essa tradição vem dos mineiros, vem da classe operária, quando, em 1946, os mineiros aprovaram o documento chamado Teses de Pulacayo. Nas teses, constam a caracterização da Bolívia como um país atrasado, onde as reivindicações transitórias de emprego e de salário, de luta contra a fome e a miséria, fazem parte e estão combinadas com a tarefa histórica da classe operária, que é da revolução social. Portanto, a tradição vem de 1946, com esse movimento dos mineiros.

Companheiros, o movimento ganhou as ruas, são 90 bloqueios em todo o país. Mas o movimento tem características diferentes. Boa parte desses trabalhadores está reivindicando a renúncia de Rodrigo Paz, o que significa convocar novas eleições. E nós do POR sabemos e já fizemos essa experiência. Não basta trocar um governo burguês por outro governo voltado a administrar o capitalismo.

Essa via não levará à vitória da revolta. O movimento tem de dar um passo à frente. E esse passo à frente só é possível com a organização do poder operário e camponês, que é a defesa estratégica e a luta do POR boliviano.

Por isso, companheiros, Partido Operário Revolucionário, trabalha para que o movimento dê um passo no sentido de constituir a Assembleia Popular como organismo de poder, um organismo que tenha como tática a frente única anti-imperialista para derrubar o governo antinacional e antipopular de Paz. Para derrubar as medidas da burguesia e impor o governo operário camponês, que é um governo gestado pela revolução social.

E esse caminho foi aberto com esse movimento e trabalhamos nesse sentido. O passo à frente é a Assembleia Popular, a constituição da Frente Única Anti-imperialista.

E nós aqui do Brasil temos uma tarefa. Estava indo às portas de fábrica e discutindo com nossos companheiros a tarefa de defender o levante na Bolívia junto aos sindicatos e movimentos populares. Esse é o caminho de nossa luta.

O apoio efetivo está no sentido de divulgarmos ao máximo o movimento com as nossas bandeiras, entre os trabalhadores e a juventude oprimida. E aqui no Brasil exigir que os sindicatos se movimentem diante dos tarifas de Trump, diante das medidas que têm vindo do intervencionismo norte-americano. Temos de defender e organizar a frente única anti-imperialista. Que esse nosso ato político de hoje tome essa decisão.

Todo apoio à luta do povo boliviano, todo apoio até a vitória do movimento.

BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A LIVE REALIZADA PELO PSTU SOBRE A CRISE NA BOLÍVIA

O entrevistado foi um ex-militante da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI). O boliviano Emilio iniciou sua exposição justificando seu afastamento da organização por “razões pessoais”. Segundo ele, participou de 1979 a 2018, portanto um longo período de militância à procura de constituir uma seção da LIT na Bolívia. O fracasso é evidente. Concluiu declarando que continua reivindicando “parte da política morenista”. Essa confissão dá a entender que discorda de uma outra parte. A parte que reivindica serviu de apoio para seu posicionamento sobre a estratégia de poder.

Emilio fez um relato sobre os passos da atual crise, que completaria um mês no início de junho. Depois de descrever as medidas do governo Rodrigo Paz, suas consequências nefastas para os camponeses, indígenas e assalariados e as reivindicações do movimento, bem como a pujança dos bloqueios, marchas e manifestações, indicou a importância do fato da luta ter desembocado na bandeira de renúncia do presidente. Nesse ponto fundamental, porque expressa a questão de estratégia de poder, Emilio passou por cima e voltou ao relato sobre a eleição de Paz, para mostrar que os camponeses e indígenas que se rebelavam havia nele votado.

Nesse trajeto, fez uma digressão histórica sobre as crises políticas recorrentes, pontuando a revolta de 2003 contra o governo de Sánchez de Lozada, que havia subordinado a política econômica ao FMI. Recordou as privatizações e demissões em massa de 1986. Esse raciocínio lhe serviu para chegar a duas conclusões:

1) A COB começou a recuperar força com a queda do governo Lozada e a resistência ao governo transitório de Carlos Mesa. Essa recuperação vai sofrer uma interrupção sob o governo de Evo de Morales, provavelmente em 2011, a direção da COB a subordinou completamente à política do MAS, o que resultou em sete anos de submissão da burocracia ao governo de Evo.

Nesse momento, segundo o ex-militante da LIT, o MAS foi responsável por intervir no Congresso da Central que tinha como um dos pontos constituir um Partido dos Trabalhadores. De passagem, lembramos que essa bandeira contou naquele momento com a eufórica participação dos grupos centristas, revisionistas do trotskismo, e de agentes do PT brasileiro;

2) o problema fundamental é de que na Bolívia não se constituiu um partido revolucionário. De maneira leviana, Emilio desconheceu a existência do Partido Operário Revolucionário, sua longa trajetória e sua atual presença na luta defendendo a estratégia da revolução social, da aliança operária e camponesa, da constituição

de um governo operário e camponês, bem como da tática da frente única anti-imperialista. Essa omissão, evidentemente, não foi uma falha de memória ou um lapso de exposição.

Os morenistas da LIT se tornaram adversários ferrenhos do POR boliviano, seguindo a trajetória do revisionismo encarnado pelo grupo de Michel Pablo, ao qual se submeteram as correntes do mandelismo e as dos do SWP norte-americano. A justificativa de Emilio de que já não pertencia à LIT, embora tivesse militado por muitos anos sob a linha de Nahuel Moreno, nos levou a perguntar por que não conseguiu organizar o partido revolucionário na Bolívia. Recorreu à formação de um Partido dos Trabalhadores, que certamente não seria um partido revolucionário, mas a junção de tendências reformistas, centristas e sindicalistas. Acabou se frustrando com “a traição da direção da COB” e, por “razões pessoais”, teria abandonado o campo da luta.

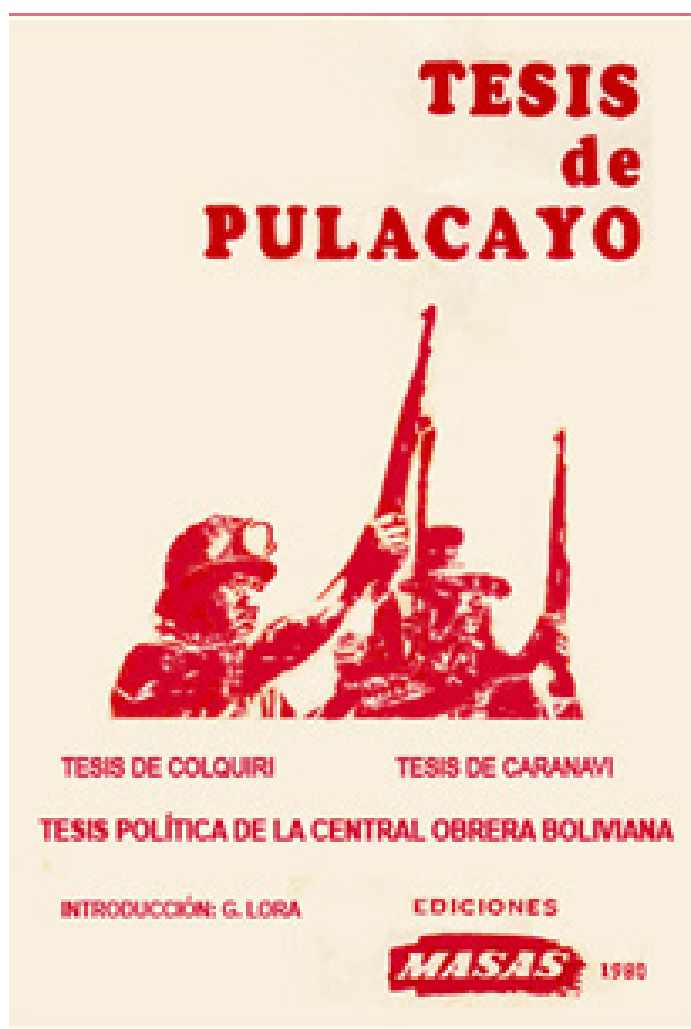
Basta essa identidade para se ver que a LIT se encontra completamente fora da Bolívia. Armou uma live para publicitar a bandeira de “Todo o Poder à COB”, em uma situação muito distinta de sua fundação que a marcou com características soviéticas.

Emilio vacilou em dizer com toda precisão que essa é a linha do momento, como foi apresentada pelo dirigente do PSTU, Eduardo Almeida, que fez a pergunta esperando uma resposta positiva do ex-militante da LIT. Uma vez que se negou a sequer mencionar o POR da Bolívia, é compreensível que Emilio tenha colocado a questão do duplo poder, referindo-se aos acontecimentos atuais comparativamente as assembleias dos piqueiros da Argentina e ocultando a rica experiência da Assembleia Popular de 1971 na Bolívia, justamente porque o POR foi o seu pilar.

A cegueira é tão grande que os morenistas e outras vertentes do centrismo não podem ver que os ampliados da COB e os cabildos somente poderão avançar no terreno da revolução social se desembocarem na constituição de uma assembleia popular, cujas raízes estão profundamente vinculadas ao proletariado e à maioria nacional oprimida bolivianos. As direções da luta camponesa e de um setor mineiro controlado pela

direção da COB levantaram a bandeira de renúncia do presidente, justamente para estabelecer a estratégia de troca de um governo burguês por outro.

É importante assistir a live do PSTU/LIT-QI não pelo que ela tem de verdadeira e positiva, mas pelo que ela tem de falsificação e negativa. Ou seja, a omissão em relação ao POR é mais do que sectarismo, é decomposição política.



Santa Catarina: Sindicatos, ex-parlamentares e a OCI usam o enfrentamento popular na Bolívia para acobertar o apoio do governo Lula ao presidente boliviano

No dia 28 de maio, se realizou uma reunião no SINTESPE - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina em Florianópolis para organizar a “Solidariedade ao Povo Boliviano”, convocada por ex-parlamentares, comitês de solidariedade locais, a OCI e outras entidades.

Na impossibilidade de participarmos presencialmente, enviamos uma saudação do POR, seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) (ver abaixo), de comum acordo com os organizadores, para ser lida durante a reunião, colocando-nos à disposição para futuras atividades, com a expectativa de nos somarmos a uma iniciativa frentista que impulsionasse ações junto às massas trabalhadoras dos mais diversos setores.

Não tivemos qualquer informe acerca do desenrolar da reunião, mas tivemos acesso ao Manifesto aprovado pelos participantes.

Lamentavelmente, esse Manifesto muito pouco ajuda o povo boliviano e cubano, ao lado dos quais o título afirma se colocar “MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE ÀS LUTAS NA BOLÍVIA E EM CUBA”, pois, após as considerações e denúncia da situação nesses países, o manifesto termina afirmando que: “A luta dos trabalhadores/as e camponeses/as na Bolívia e a resistência do povo trabalhador cubano são demonstrações da total disposição da classe trabalhadora de enfrentar os ataques do imperialismo”, reivindicando que “sirva de exemplo e inspiração para todos os trabalhadores da América Latina e do mundo”. Mas, ao invés de tomar como “exemplo” a heroica luta das massas, o Manifesto conclui dizendo apenas “Toda solidariedade dos trabalhadores brasileiros com as lutas na Bolívia e Cuba” e “Pelo direito à autodeterminação dos povos”. Ou seja, enquanto os operários, camponeses e comunidades indígenas estão dando a vida no enfrentamento nas ruas, os sindicatos e associações reunidos em Florianópolis apenas manifestam uma solidariedade retórica, pois nada de prático e efetivo propõem para solidarizar-se com aqueles cuja luta eles disseram que deve servir de exemplo.

De substancial mesmo, o Manifesto serve para tentar livrar a cara do governo Lula a quem direcionam um parágrafo inteiro: “Nos dirigimos ao Governo Lula para que manifeste seu apoio aos trabalhadores bolivianos e suas reivindicações e não envie nenhum tipo de ajuda ao governo de Rodrigo Paz. Assim como esperamos que seja enviada ajuda para Cuba que se encontra sob embargo energético por parte do imperialismo”. Isso foi escrito em 28 de maio, ou seja, **dois dias após** a agência Brasil [ebc] divulgar no seu site a seguinte nota: “Lula assumiu uma posição

de apoio institucional ao governo de Rodrigo Paz durante a crise”, ou seja, ao invés de organizar o apoio ativo à luta do povo boliviano e cubano, convocando a classe operária e os demais trabalhadores a organizar comitês anti-imperialistas, as organizações, sindicatos e ex-parlamentares catarinenses usaram a situação criada naqueles países para maquiar a postura antioperária e antipopular do governo Lula.

A iniciativa de realizar a reunião foi positiva, mas seu resultado não esteve à altura dos acontecimentos que abalam a Bolívia e a ofensiva dos Estados Unidos contra Cuba. Se não se discute e tome uma decisão de constituir a frente única anti-imperialista, se permanece no plano das boas intenções, que acabam por servir ao PT e seus aliados.

Abaixo publicamos a carta enviada à reunião

SAUDAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO À REUNIÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO BOLIVIANO

O POR, Partido Operário Revolucionário do Brasil, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional-CERQUI, saúda a realização desta Reunião de Organização de Solidariedade ao Povo Boliviano e às entidades que a promovem.

Os operários, camponeses e povos originários bolivianos que se insurgiram contra os ataques às suas condições de existência e a entrega do país ao capital financeiro internacional, promovidos pelo governo de Rodrigo Paz, protagonizam desde o 1o de maio uma histórica luta que se tornou uma referência para todos os explorados do nosso continente e do mundo inteiro.

A resposta das massas bolivianas é expressão da crise mais ampla do capitalismo. Dela, assim, faz parte a resposta da classe operária ao genocídio de Gaza, à guerra na Ucrânia, à agressão contra Venezuela e Irã e a ameaça de invasão contra Cuba. A diferença é que, neste caso, se trata de uma resposta popular que não aceita passivamente os ataques.

Em meio aos combates das massas contra o governo, o POR boliviano intervém defendendo o governo operário-camponês como saída à falência histórica da burguesia boliviana, que não pôde nem poderá resolver os problemas da nação oprimida. Levanta a necessidade das massas or-

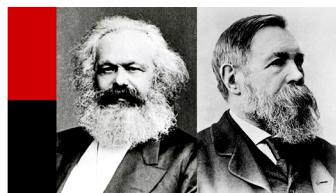
ganizadas retomarem a tradição da Assembleia Popular de 1971, embrião de um novo poder que derrube o domínio do capital.

O POR entende que a melhor maneira de nos solidarizarmos com o povo boliviano – e venezuelano, cubano, iraniano e palestino – é constituindo a Frente Única Anti-imperialista, expressão da necessidade de emancipação nacional e social dos povos oprimidos pelo imperialismo, sob a perspectiva das classes exploradas. Esperamos que

a iniciativa que se está concretizando nesta reunião seja o início da formação de comitês em todo o país pela Frente Única Anti-imperialista. Sendo assim, colocaremos todas as nossas energias para realizá-la junto com os companheiros.

POR Partido Operário Revolucionário

28 de maio de 2026



► Assimilando o socialismo científico

Natureza Geral da Dialética como Ciência

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política publicada em 1859, em que antecipou algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Seleccionamos as passagens sobre o “Método da Economia Política”, que constitui a terceira parte da “Introdução à Crítica da Economia Política”. Agora, publicamos uma síntese das formulações de Engels sobre a dialética e completamos com um comentário de Lênin.

NATUREZA GERAL DA DIALÉTICA COMO CIÊNCIA

Friedrich Engels

(Desenvolver a natureza geral da dialética como ciência das relações, em contraste com a metafísica.)

As leis da dialética são, por conseguinte, extraídas da história da Natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas essas fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano. Reduzem-se elas, principalmente, a três:

A lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa;

A lei da interpenetração dos contrários;

A lei da negação da negação.

Essas leis foram estabelecidas por Hegel, de acordo com sua concepção idealista, como simples leis do pensamento: a primeira, na Primeira Parte de sua Lógica, na doutrina do Ser; a segunda ocupa toda a Segunda Parte de sua Lógica, a mais importante, que é a doutrina da Essência; a terceira, finalmente, figura como lei fundamental da construção de todo o sistema. O erro consiste em que essas leis são impostas à Natureza e à História, não tendo sido deduzidas como resultado de sua observação, mas sim como leis do pensamento. Toda sua construção, erigida sobre essa base, é tão forçada que chega, por vezes, a nos arrepiar os cabelos: o mundo, quer o queira, quer não, deve adaptar-se a um sistema de ideias que, por sua vez, nada mais é do que o produto de determinada fase do desenvolvimento do pensamento humano.

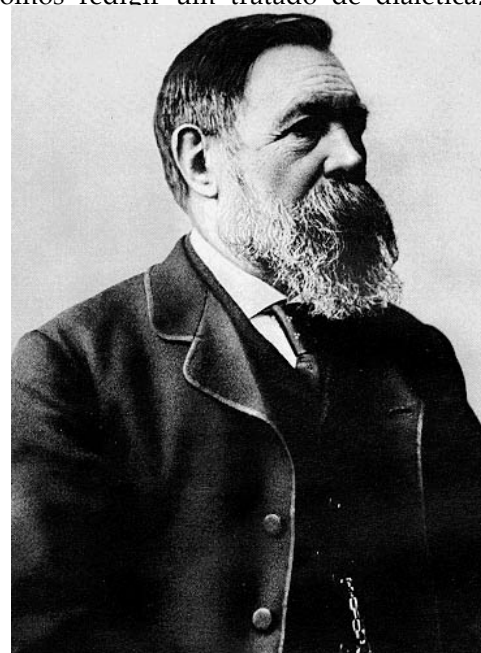
Se, entretanto, invertermos a coisa, tudo se torna sim-

ples e as leis dialéticas, que parecem tão misteriosas na filosofia idealista, se tornam claras como o sol.

Por outro lado, todo aquele que conheça razoavelmente a obra de Hegel saberá que ele arranja as coisas, em centenas de pontos de seu trabalho, de maneira que os exemplos mais esclarecedores das leis dialéticas ele os vai buscar na Natureza e na História.

Não nos propomos redigir um tratado de dialética, mas apenas ressaltar que as leis dialéticas são leis reais de desenvolvimento da natureza e, por conseguinte, válidas no que diz respeito à teoria das ciências naturais. Por esse motivo, não podemos entrar em detalhes quanto à correlação entre essas leis.

(Dialética da Natureza, Friedrich Engels, Editora Paz e Terra, 1979)



A DIALÉTICA

V. I. Lênin

Marx e Engels viam na dialética de Hegel a doutrina do desenvolvimento mais vasta, mais rica de conteúdo e mais profunda, a maior aquisição da filosofia clássica alemã. Consideravam qualquer outro enunciado do princípio do desenvolvimento, da evolução, unilateral, pobre, que mutilava e deturpava a marcha real do desenvolvimento (marcha que muitas vezes se efetua através de saltos, catástrofes, revoluções) na natureza e na sociedade. “Marx e eu, fomos seguramente quase os únicos que procuramos salvar” (do descalabro do idealismo, incluindo o hegelianismo) “a dialética consciente, para a integrar na concepção materialista da natureza”. “A natureza é a comprovação da dialética, e devemos dizer que as ciências modernas da natureza nos forneceram materiais extremamente numerosos” (e isto foi escrito antes da descoberta do rádio, dos eletros, da transformação dos elementos etc.!) “cujo volume aumenta dia a dia, provando assim que, em última análise, na natureza as coisas se passam dialeticamente, e não metafisicamente.”

“A grande ideia fundamental - escreve Engels - segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, bem como os seus reflexos mentais no nosso cérebro, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações, por um processo de gênese e de falecimento, esta grande ideia fundamental penetrou, desde Hegel, tão profundamente na consciência corrente que, sob esta forma geral, quase já não encontra contraditores. Mas reconhecê-la em palavras e aplicá-la na realidade concreta, em cada domínio submetido à investigação, são duas coisas diferentes.” “Nada há de definitivo, de absoluto, de sagrado para a filosofia dialética. Ela mostra a caducidade de todas as coisas e para ela nada mais existe senão o processo ininterrupto do surgir e do perecer, da ascensão sem fim do inferior para o superior, de que ela própria não é senão o simples reflexo no cérebro pensante.” Portanto, para Marx, a dialética é “a ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo exterior como do pensamento humano”.

Foi este aspecto revolucionário da filosofia de Hegel que Marx adoptou e desenvolveu. O materialismo dialético “não necessita de nenhuma filosofia colocada acima das outras ciências”. A única coisa que resta da filosofia anterior é “a teoria do pensamento e das suas leis, a lógica



formal e a dialética”. E a dialética compreende, na concepção de Marx, como na de Hegel, o que hoje se chama a teoria do conhecimento, ou gnosiologia, ciência que deve considerar o seu objeto também historicamente, estudando e generalizando a origem e o desenvolvimento do conhecimento, a passagem do não conhecimento ao conhecimento.

Atualmente, a ideia do desenvolvimento, da evolução, penetrou quase completamente na consciência social, mas por outra via que não a da filosofia de Hegel. No entanto, esta ideia, tal como a formularam Marx e Engels, apoiando-se em Hegel, é muito mais vasta e rica de conteúdo do que a ideia corrente da evolução. É um desenvolvimento que parece repetir etapas já percorridas, mas sob outra forma, numa base mais elevada (“negação da negação”); um desenvolvimento por assim dizer em espiral, e não em linha reta; um desenvolvimento por saltos, por catástrofes, por revoluções; “soluções de continuidade”; transformações da quantidade em qualidade; impulsos internos do desenvolvimento, provocados pela contradição, pelo choque de forças e tendências distintas agindo sobre determinado corpo, no quadro de um determinado fenómeno ou no seio de uma determinada sociedade; interdependência e ligação estreita, indissolúvel, de todos os aspectos de cada fenómeno (com a particularidade de que a história faz constantemente aparecer novos aspectos), ligação que mostra um processo único universal do movimento, regido por leis; tais são certos traços da dialética, dessa doutrina do desenvolvimento mais rica de conteúdo do que a doutrina usual.

(Karl Marx e o desenvolvimento histórico do marxismo, V.I. Lênin, Edições Avante, Lisboa, 1981)

